



Fundação

CECIERJ

Consórcio **cederj**

Centro de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro

Turismo Étnico

Volume Único

Nadson Nei da Silva de Souza

Thaís Rosa Pinheiro



**SECRETARIA DE CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E INOVAÇÃO**

**UNIVERSIDADE
ABERTA DO BRASIL**

MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO



Apoio:



Fundação Cecierj / Consórcio Cederj

www.cederj.edu.br

Presidente

Carlos Eduardo Bielschowsky

Vice-presidente

Marilvia Dansa de Alencar

Coordenação do Curso de Gestão de Turismo

CEFET - Claudia Fragelli

Material Didático

Elaboração de Conteúdo

Nadson Nei da Silva de Souza

Thaís Rosa Pinheiro

Diretoria de Material Didático

Cristine Costa Barreto

Coordenação de Design

Instrucional

Bruno José Peixoto

Flávia Busnardo da Cunha

Paulo Vasques de Miranda

Design Instrucional

Aroaldo Veneu

Cíntia Barreto

Daniel Cavalcanti Figueiredo

Renata Vettoretti

Biblioteca

Raquel Cristina da Silva Tiellet

Simone da Cruz Correa de Souza

Vera Vani Alves de Pinho

Diretoria de Material Impresso

Marianna Bernstein

Revisão Linguística

Beatriz Fontes

Ilustração

Renan Alves

Capa

Renan Alves

Programação Visual

Cristina Portella

Produção Gráfica

Fábio Rapello Alencar

Ulisses Schnaider

Copyright © 2018 Fundação Cecierj / Consórcio Cederj

Nenhuma parte deste material poderá ser reproduzida, transmitida e/ou gravada, por qualquer meio eletrônico, mecânico, por fotocópia e outros, sem a prévia autorização, por escrito, da Fundação.

T938

Souza, Nadson Nei da Silva de.

Turismo Étnico. Volume Único / Nadson Nei da Silva de Souza,
Thaís Rosa Pinheiro. – Rio de Janeiro : Fundação Cecierj, 2018.

128p.; 19 x 26,5 cm.

ISBN: 978-85-458-0118-4

1. Turismo. II. Pinheiro, Thaís Rosa.

I. Título.

CDD: 3384791

Referências bibliográficas e catalogação na fonte, de acordo com as normas da ABNT.

Texto revisado segundo o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Governador

Wilson Witzel

Secretário de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação

Leonardo Rodrigues

Instituições Consorciadas

CEFET/RJ - Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca

Diretor-geral: Carlos Henrique Figueiredo Alves

FAETEC - Fundação de Apoio à Escola Técnica

Presidente: Alexandre Sérgio Alves Vieira

IFF - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense

Reitor: Jefferson Manhães de Azevedo

UENF - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

Reitor: Luis César Passoni

UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Reitor: Ruy Garcia Marques

UFF - Universidade Federal Fluminense

Reitor: Sidney Luiz de Matos Mello

UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

Reitor: Roberto Leher

UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Reitor: Ricardo Luiz Louro Berbara

UNIRIO - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Reitor: Luiz Pedro San Gil Jutuca

Sumário

Aula 1 • Breve panorama sobre o comportamento do turista e os impactos nos destinos turísticos naturais e culturais.....	7
<i>Nadson Nei da Silva de Souza</i>	
Aula 2 • Turismo Étnico: discutindo conceitos	23
<i>Nadson Nei da Silva de Souza</i>	
Aula 3 • Antecedentes investigativos do turismo étnico como proposta de integração entre homem e natureza	39
<i>Nadson Nei da Silva de Souza</i>	
Aula 4 • Turismo de base comunitária	63
<i>Thaís Rosa Pinheiro</i>	
Aula 5 • Planos de Ação para o Turismo Étnico.....	87
<i>Nadson Nei da Silva de Souza</i>	
Aula 6 • O desenvolvimento de diretrizes etnoturísticas para as comunidades receptoras.....	109
<i>Nadson Nei da Silva de Souza</i>	

Aula 1

Breve panorama sobre o comportamento do turista e os impactos nos destinos turísticos naturais e culturais

Meta

Apresentar um breve panorama do comportamento do turista e a problemática do turismo em ambientes naturais e culturais.

Objetivos

Esperamos que, após o estudo do conteúdo desta aula, você seja capaz de:

1. identificar o crescimento desordenado do turismo de massa e os impactos gerados por este segmento nos destinos turísticos;
2. relacionar o comportamento do turista tradicional e os impactos gerados nos ambiente naturais e culturais.

Introdução



Figura 1.1: Recifes de coral na Ilha de Providência (Colômbia)

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Isla_Providencia_Colombia_by_Luis_Barreto.png

Durante os últimos anos, viajando pelos destinos turísticos da América Latina, percebemos a imensa riqueza natural e a diversidade cultural espalhadas neste enorme continente, possibilitando, com este contato, vivenciar um leque de experiências.

A geografia do continente nos abençoou com uma paisagem contrastante, onde é possível encontrar uma lindíssima Sierra Nevada, ao lado de um lindo Mar do Caribe colombiano, aproveitado pela intervenção do homem de etnia indígena Tayrona, que registrou sua presença na arquitetura e na culinária do país. Podemos observar o mesmo nas terras brasileiras, que além de um extenso litoral de praias, possui a Amazônia, que reúne um conjunto de recursos naturais reais e potenciais, sem falar nos diversos elementos culturais, de norte a sul do Brasil.

Por outro lado, o caribe mexicano integra os elementos arquitetônicos dos povos Maias, uma das culturas antigas que mais enobrece o México, assim como a Venezuela, que reúne uma rica paisagem encontrada nas regiões andina, amazônica, caribenha e de planícies do país.



Figura 1.2: Tulum, cidade maia na costa caribenha de Quintana Roo (México)
Fonte: <http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Tulum.jpg>

É espetacular a experiência de apreciar e aproveitar os lugares da América Latina, porém são destinos turísticos com forte impacto nos ambientes naturais e culturais. E é sobre isso que iremos conversar nesta aula.

O impacto do turismo gerado pelo crescimento do turismo desordenado

Em todo o mundo, o índice de contaminação ambiental em mares, rios, lagos, nas áreas rurais e urbanas é de impressionar. Paralelo a isso, as comunidades étnicas em torno dos atrativos turísticos vivem na pobreza, convivendo com a intensa demanda de turistas em busca de um turismo alternativo. Situações como esta, além de aumentar os impactos nos recursos naturais, afetam diretamente as etnias que, em pouquíssimos casos, foram incorporadas ao desenvolvimento da atividade turística.

Associado a essa situação, o comportamento do turista mal-educado amplia as possibilidades de aumentar os impactos nas regiões potencialmente turísticas ou nos destinos turísticos. Isto é histórico.

A preocupação com o lucro, a falta de planejamento e gestão turística, o fato de não priorizar a integração das etnias à atividade turística, propiciou o impacto nas regiões turísticas no mundo pós-guerra. A presença massiva do turista, despreocupado com a conservação e preservação dos espaços afetou a Natureza, mais precisamente as comunidades

artesanais. Estes povos viviam anteriormente de atividades econômicas artesanais, como a pesca e agricultura de subsistência e, para satisfazer às necessidades das demandas de turismo mundial, abandonaram os elementos de sua cultura para empreender novos negócios.

O avanço tecnológico e o comportamento do turista ante a marcha histórica do turismo



Figura 1.3: Avião como meio de transporte civil

Fonte: <http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Aviation.noise.arp.750pix.jpg>

O avanço econômico e tecnológico do mundo pós-guerra mudou a vida do homem dentro dos aspectos econômicos, sociais e culturais. Como exemplo, podemos citar o avião, usado como meio de transporte para deslocar as pessoas durante os conflitos bélicos da primeira guerra mundial. Com o fim da guerra, este veículo passou a ter outras utilidades.

Além disso, o homem foi conquistando algumas vantagens e direitos do trabalho, por meio de lutas e reivindicações, alcançando melhores remunerações, férias remuneradas e dias livres. Tais acontecimentos permitiram o deslocamento de pessoas para outros destinos, com a finalidade de entretenimento e recreação.

Assim, origina-se o turismo massivo, um novo segmento no mercado com um desenvolvimento econômico surpreendente. Paralelo a isso, a viagem turística se transformou em um elemento de deterioração ambiental, como assinala Ramis (citado por Sandoval, 2001: 06) “... que, apesar de sua relativamente curta existência, se tem convertido em quatro décadas em uma das primeiras e mais destrutivas estruturas produtivas do mundo da sociedade industrial”.

A intensa busca pelo turismo de praia contribuiu para o deslocamento de um número crescente de turistas para destinos de praias do Mar Mediterrâneo. Isso fortaleceu as mudanças no ambiente urbano e paisagístico de vários países daquela região, começando pelas construções dos grandes centros de férias e recreação, planejados única e exclusivamente para atender às necessidades dos turistas.

No final dos anos setenta, os turistas praieiros começaram a buscar os lugares mais distantes e menos conhecidos do planeta. A rota do “velho continente” foi substituída por espaços ainda pouco conhecidos. Assim, surgiu uma nova demanda para os destinos exóticos e longínquos, tais como as ilhas Galápagos, o Tibete, as selvas tropicais da Amazônia e as ruínas Maias, Astecas e Incas.



Figura 1.4: Montanhas nevadas no Tibete

Fonte:<http://commons.wikimedia.org/wiki/>

File:TibetanMountains13.jpg

O maior problema viria ser a pouca preparação dos viajantes. Seu comportamento em áreas naturais era muito precário, pois quase não tinham noções sobre as comunidades locais e sobre o espaço geográfico em que habitavam, causando uma deterioração ambiental de grandes proporções. Este mau hábito colocava em perigo o modo de viver dos sujeitos-receptores, bem como sua maior riqueza: a diversidade natural e cultural.

Por este tipo de comportamento e pelo sentimento de invasão que se processa no momento de interação entre os principais protagonistas da atividade turística, é que Butler, (1992) citado por Sandoval (2001: 09), explica:

Da mesma maneira em que durante os anos 50 e 60 os norte-americanos foram chamados de “turistas feios”, foi que durante o período de 70 assim chamaram os alemães, na Europa e África do Leste. Posteriormente, na década de 90, aos turistas japoneses lhes tocou o turno.

Neste sentido, o comportamento do turista tradicional, expresso em sua atitude depredadora, tem originado uma série de perdas, na medida em que a Natureza vem sendo impactada e as comunidades receptoras vêm sofrendo interferências culturais.

O turismo tradicional nasceu da demanda dos indivíduos por desfrutar atrativos naturais e culturais de lugares distintos dos de sua origem. O turismo, no entanto, passou a se desenvolver sem nenhum planejamento baseado em estudos de impacto ambiental e cultural, particularmente nos investimentos de infraestrutura turística. Com relação ao tema, Ruschamm (1997: 24) comenta que:

Os equipamentos e serviços instalados para atender ao turismo massivo provocam uma série de efeitos negativos sobre o meio ambiente: a destruição da cobertura vegetal do solo, a devastação das florestas, a erosão das costas, a ameaça de extinção de várias espécies da fauna e da flora, a poluição sonora, a visual e a atmosférica, aparte da contaminação das águas dos rios, lagos e oceanos.

Molina (1998) afirma a existência de uma crise ecológico-cultural nos espaços de uso turístico, a qual se origina do enfrentamento de forças entre o espaço cultural e o natural. Isso começa quando o homem

percebe que a “exploração” dos recursos naturais satisfaz suas necessidades básicas e, então, tende a manipulá-los irracionalmente, perturbando e impactando, em grande escala, os diversos tipos de ecossistemas.



Figura 1.5: Praia de Ipanema (Rio de Janeiro)
Fonte: <http://www.freeimages.com/photo/743498>

O enfrentamento entre a ação humana e as questões ambientais se dá devido aos intensos deslocamentos de turistas e de residentes sem nenhuma “cultura turística” com relação aos destinos turísticos. Assim se encontram os destinos de praias, de Natureza, colapsados por muitas práticas turísticas que não se enquadram no espaço natural.

De igual maneira, a atitude dos empresários turísticos, hoteleiros e gastronômicos, centrada em atender à dura imposição do capitalismo, expressa em “mais produção, mais capital e lucro”, fortalece o conflito

entre as duas forças, concentrando seu planejamento na necessidade de crescimento de atrações e em uma concentração injusta de capitais, sem nenhuma preocupação com o espaço natural.

Na mesma ordem de ideias, Ruschmann (1997: 25) assinala que:

O produto turístico natural tem como base a venda dos aspectos ambientais dos lugares e a estrutura receptiva deve ser pequena, integrada e harmoniosa com relação ao meio. Diante disso, se pergunta até que ponto os empresários do turismo, que demonstram interesse pela rentabilidade, estarão interessados pelo desenvolvimento deste tipo de negócio, que, devido a seu tamanho, nem sempre apresenta lucros imediatos.

Os impactos ambientais e culturais processados pelo turismo tradicional estavam cada vez mais presentes nos destinos turísticos, expressos por uma demanda sem nenhuma preocupação com as causas e consequências, originadas por sua atitude depredadora e deseducada. A razão talvez esteja no fato de que a maioria dos turistas chega esgotada de seus lugares de origem, com a intenção de aproveitar o tempo ao máximo, sem lhes importar o destino turístico.

Com o passar dos anos, este negativo procedimento foi alterado, na medida em que os impactos ambientais e culturais eram mais frequentes e percebidos por todos os protagonistas envolvidos no negócio turístico. Sobre esta base, Molina (1998: 63) comenta que:

Os meados da década de oitenta se foram fazendo notórias as tendências emergentes do mercado, que começaram a pressionar as diretrizes de desenvolvimento de produtos turísticos, as quais tiveram sujeitado a um novo marco. Deste modo, a demanda turística se fez cada vez mais consciente do impacto do turismo no meio natural e na cultura.

Segundo Sandoval (2001: 10), a tomada de consciência com respeito à Natureza e à cultura das comunidades receptoras tem tardado muito. No entanto, algumas ações concretas isoladas de organizações preocupadas com o esgotamento dos recursos naturais, de certa forma, evidenciam a existência de uma “consciência ambiental e cultural”.

Atividade 1

Atende ao objetivo 1

Pesquise sobre o turismo de massa e, em seguida, defina-o em poucas linhas.

Resposta comentada

O turismo de massa constitui-se de um intenso fluxo de turista, por um determinado período, em busca de satisfazer seus gostos e preferências, geralmente sem compromisso com o ambiente natural e cultural. É uma massa incontrolável que impacta negativamente os destinos turísticos através do uso e consumo indiscriminado de bens turísticos.

A problemática do turismo em ambientes naturais e culturais

A problemática que envolve o ambiente natural e cultural tem sido uma das grandes preocupações mundiais. Estudos realizados por diversas instituições públicas e privadas, principalmente as corporações de turismo dos países latinos e a Organização Mundial do Turismo, assinalam que os grupos sociais e seu desenvolvimento industrial e tecnológico farão aumentar a produção dos dejetos. E a falta de planejamento do turismo nos polos mais competitivos provocou um impacto considerável no ambiente natural e cultural dos espaços turísticos.

A América Latina é um dos continentes mais ricos em termos de ambiente turístico natural. Possui uma riqueza cultural fenomenal encontrada nos vários povos, porém é pobre em dispositivos e estratégias de conservação e proteção, o que provoca uma preocupação constante nas autoridades turísticas do mundo.

Alguns polos turísticos, tais como Ciudad de Mexico, Rio de Janeiro, Mar del Plata e Buenos Aires, possuem uma considerável demanda internacional e nacional. O índice elevado de contaminação nos atrativos naturais desses polos, bem como a falta de planejamento para o desenvolvimento das atividades turísticas em comunidades locais, constitui uma realidade que precisa de discussão e de sérias precauções.

Por esta razão, os turistas estão buscando outros ambientes. Estes locais caracterizam-se por uma natureza selvagem e natural, contendo espaços para distração, descanso, intercâmbio cultural, proporcionando aos visitantes o prazer de desfrutar os diversos âmbitos correspondentes ao seu entorno social. Isto confirma que muitos destes mesmos turistas estão substituindo os antigos complexos turísticos por alternativas que lhes possam oferecer um contato com a Natureza e com as comunidades exóticas. Para Serrano (1997), esta substituição acontece pelo fato de que a dura realidade em que vive o homem nas metrópoles tem gerado uma crescente demanda em busca de atividades em ambientes naturais e culturais, fazendo com que alguns segmentos do turismo tivessem grande procura. Dentre eles, podemos citar o ecoturismo ou turismo ecológico, turismo cultural e etnoturismo ou **turismo ético**.

Por isso, Santos (1998: 03) afirma que:

As principais motivações para o crescimento do turismo ecológico são as rejeições ao sintético, representado pelas instalações turísticas tradicionais e a curiosidade com relação ao mundo natural. Com o surgimento da “mentalidade verde” as pessoas se tornam cada vez mais preocupadas pelo “como” ou “de que forma” suas ações e comportamentos podem influenciar, de maneira benéfica ou maléfica, a conservação da natureza.



Ernie Dingo

Figura 1.6: Para ser considerado ecoturismo, o praticante de mergulho não deve quebrar corais nem mergulhar no período de reprodução dos animais.

Fonte: <https://www.flickr.com/photos/66915552@N00/313867602/>

Turismo ético

(...) constitui-se das atividades turísticas decorrentes da vivência de experiências autênticas em contatos diretos com os modos de vida e a identidade de grupos étnicos. Busca-se estabelecer um contato próximo com a comunidade anfitriã, participar de suas atividades tradicionais, observar e aprender sobre suas expressões culturais, estilos de vida e costumes singulares. Muitas vezes, tais atividades podem articular-se como uma busca pelas próprias origens do turista, em um retorno às tradições de seus antepassados. (Mtur,2008:p. 17 e 18)

O turismo étnico, em paralelo com as ações ecoturísticas, surge como uma alternativa para estabelecer algumas diretrizes orientadas para a preservação e conservação dos ambientes naturais e culturais, bem como determinar o comportamento correto das comunidades receptoras e dos turistas diante da Natureza e da cultura local. Este tipo de turismo fortalece as áreas protegidas (incluindo os territórios indígenas, quilombolas, caiçaras e ribeirinhos) e ameniza os conflitos entre os órgãos reitores do meio ambiente, as comunidades e os planejadores das atividades turísticas.

É importante assinalar que o turismo étnico não é a salvação de um conjunto de problemas que agrava as áreas de proteção ambiental. Porém, serve de ferramenta para uma maior integração entre as comunidades e as instituições públicas responsáveis pelas questões ambientais, possibilitando uma educação voltada para o ambiente natural e cultural, com objetivo de:

- sensibilizar os visitantes;
- estimular um compromisso maior da comunidade com a área em que vive, em função do fluxo considerável de pessoas nos espaços naturais abertos para a recreação e o lazer;
- viabilizar a entrada de divisas econômicas que permitam a manutenção das áreas protegidas;
- propiciar bem-estar para os moradores locais.



Figura 1.7: No mundo todo são montadas trilhas especialmente para bicicletas
Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Marcelinski_forest_Poznan_bike.JPG

Esta pode ser uma saída para vários destinos turísticos atualmente contemplados com seus territórios já demarcados, porém sem alternativas econômicas para a sobrevivência dos nativos, que pretendem melhorar a qualidade de vida de seu povo. Esta melhoria poderá se dar por meio do aproveitamento dos recursos naturais potenciais, evitando sua degradação e contribuindo para a manutenção dos elementos culturais da comunidade.

Para tanto, é importante propor uma agenda de trabalho que garanta o êxito dos programas planejados de forma multidisciplinar entre os profissionais técnicos de todas as áreas do conhecimento, compartilhando temáticas que envolvam oportunidades e problemas relacionados ao turismo em comunidades tradicionais.

Conclusão

O turismo como atividade econômica tem se expandido cada vez mais. Quando bem planejado, possibilita, em sua execução, o crescimento econômico, político e social dos destinos turísticos, proporcionando oferta de trabalho, gerando divisas, melhorando a vida da população ou da comunidade e fortalecendo a cultura local.

Historicamente, a atividade turística desenvolvida em alguns destinos tem gerado mais impactos negativos do que contribuído para a melhoria da qualidade de vida de seus habitantes, consequência de um turismo massivo, invasivo, depredador e consumista. É possível observar a ação destrutiva desse segmento turístico nas Américas, que não se deteve ante os valores culturais dos habitantes, deixando um rastro de impactos no ambiente natural e nas culturas locais.

Além de ecossistemas marinhos afetados, de lugares de reprodução de animais desrespeitados, as culturas locais se tornam objeto de visitação exótica, para satisfazer a curiosidade do turista e os apelos de conhecer o “exótico”, reduzindo a atividade turística apenas ao consumo e lucro, filhos do capitalismo exacerbado.

A sociedade já se deu conta destes impactos e, gradativamente, vem buscando encontrar maneiras de reduzir os danos por meio de um planejamento adequado, com o objetivo de equilibrar as demandas dos turistas e o bem estar natural e cultural dos destinos turísticos.

Resposta comentada

Trata-se de um perfil de turista que prioriza a intensa exploração dos atrativos naturais e culturais, em um fluxo constante, estabelecendo uma relação puramente comercial com o núcleo receptor. Além disso, de acordo como texto, a vivência deste tipo de turista está relacionada às referências familiares e à sua rotina no lugar de origem, o que torna a experiência, no lugar visitado, enganosa, fria e mercantil.

Resumo

A nova forma de aproveitar as aeronaves na década de cinquenta, em sintonia com as conquistas trabalhistas (especialmente as férias), gerou uma oportunidade de deslocamento das pessoas em viagens interestaduais e intercontinentais. Este novo meio de transporte civil propiciou oportunidades de visitas a localidades turísticas diferentes e curiosas. No princípio, eram somente destinos clássicos e mediterrâneos (Itália, França, Grécia), mas depois foram incluídos aqueles com uma vasta savana, floresta ou planície, animais selvagens e populações tradicionais, ou seja, destinos exóticos identificados com as Américas, Ásia e África.

Aliado à consolidação do capitalismo, surgiu o turismo de massa, com foco no consumismo e no lucro. Criou-se, então, uma demanda por destinos turísticos que proporcionassem, além do descanso, bens de consumo só encontráveis nas cadeias de hotéis, redes de restaurantes e comércio turísticos.

A pouca preocupação com o bem-estar dos lugares turísticos originou fortes impactos nos ambientes naturais e culturais, deixando as comunidades locais à margem dos benefícios gerados pela atividade turística. Em consequência disso, estabeleceram-se os conflitos entre comunidades, autoridades do turismo e órgãos responsáveis pelas áreas protegidas.

Ao longo desse conflituoso processo, surgiram várias tentativas de encontrar uma solução para minimizar os impactos na Natureza e na cultura local. Dentre elas, podemos destacar a gestão participativa ou comunitária do turismo, comum a legislação que reduza a ação massiva das atividades turísticas nos ecossistemas lacustres e marinhos, na fauna e flora. Além disso, é fundamental promover uma discussão holística acerca do comportamento do turista nos destinos turísticos, orientada por uma proposta de ações ecoturísticas ou de turismo ético.

Referências

MOLINA E., Sergio. Turismo e ecologia. 6ª ed. México: Trillas

RUSCHMANN, Doris van de Meene. Turismo e Planejamento Sustentável: A proteção do meio-ambiente. Campinas, SP: Papirus (Coleção Turismo), 1997.

SANDOVAL, E. Ecoturismo y Ambiente. Módulo Maestría en Planificación Turística. UNEFM, Santa Ana de Coro, Venezuela: 2001.

Brasil. Ministério do Turismo. Turismo cultural: orientações básicas. / Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. – 2. ed. – Brasília: Ministério do Turismo, 2008.

Aula 2

Turismo Étnico: discutindo conceitos

Meta

Acompanhar os debates atuais sobre o turismo étnico considerando as possibilidades e limitações de sua aplicabilidade.

Objetivos

Esperamos que, após o estudo do conteúdo desta aula, você seja capaz de:

1. identificar, nos debates teóricos, as tendências dos autores quanto ao desenvolvimento conceitual do turismo étnico;
2. pontuar as contribuições teóricas de outras áreas do conhecimento para a construção de um conceito de turismo étnico.

Introdução

Quando bem analisado, planejado e programado, o turismo étnico constitui um importante segmento turístico, considerando os elementos físicos e culturais de um povo. Para tanto, é fundamental, neste estudo, o entendimento acerca dos debates e diálogos entre teóricos sobre os conceitos de etnia, etnicidade e cultura. A necessidade de discutir a possibilidade de tentar construir um conceito para o turismo étnico, assim como compreender o desenvolvimento das atividades etnoturísticas em vários lugares do Brasil e do mundo.

Por essa razão, o primeiro texto dialoga com alguns autores sobre o conceito de etnia, dando ênfase à aplicabilidade da palavra raça e suas limitações teóricas para os estudos da evolução humana, considerando sua totalidade. Na sequência, se propõe um debate acerca dos conceitos de etnicidade, não somente dentro do campo da antropologia, mas abrangendo o turismo como fenômeno social e econômico. À parte disso, a geografia cultural pode contribuir com os estudos da territorialidade e dos espaços culturais, onde os povos desenvolveram suas culturas e estabeleceram vínculos com o lugar, consolidando suas raízes étnicas, a ancestralidade junto à importância da terra. Por essa razão, algumas etnias atribuem à Terra, uma condição divina.

No segundo texto, propõe-se uma discussão conceitual, em que os temas do turismo massivo e seus impactos é retomado, assim como o ecoturismo e as propostas de minimização dos impactos nos ambientes naturais e culturais, para logo depois dialogar com alguns autores sobre o turismo étnico.

Antes de buscar algum caminho para a garantia de um conceito de turismo étnico, é importante discutir a análise de alguns teóricos e estudiosos da temática, para logo propor um planejamento que promova o grupo étnico. Por essa razão, podemos dizer que, a princípio, o caminho tenha sido a construção do conceito de turismo étnico, considerando o panorama do turismo durante o seu auge até os dias de hoje os impactos em muitas culturas locais. Tais impactos se deram por conta da falta de garantia de uma gestão participativa dos grupos étnicos, ponderando a realidade de cada grupo, a partir dos seus costumes, hábitos, religiosidade, respeitando, assim, os valores identitários.

Etnia e etnicidade: um conceito além das fronteiras

Poligenismo:

Corrente que acreditava que as diferentes raças compunham espécies diversas, admitindo uma evolução disforme da humanidade. Em contraposição a este grupo, havia os monogenistas, ainda ligados à tradição humanista, que viam uma única via para o surgimento e evolução dos seres humanos, admitindo o caráter uno da humanidade (SCHWARCZ, 1993, p. 48/49)

Darwinismo:

Termo que se refere às pesquisas e estudos de Charles Darwin voltados para o meio ambiente, o desenvolvimento dos seres vivos, assim como a constituição da vida no planeta de acordo com a modificação das espécies, dos critérios de seleção natural e da evolução.

A partir da utilização dos conceitos de raça no século XVI, organizados em torno dos grupos de pessoas definidos por uma mesma origem, começaram as discussões sobre como categorizar os povos considerando seus aspectos culturais. Ainda no século XIX, através do **poligenismo**, a palavra raça passa a ser usada no sentido de tipo, designando espécies de seres humanos distintas, tanto fisicamente quanto em termos de capacidade mental. (Banton, 1994)

No pós-guerra (Segunda Guerra Mundial), o conceito de raça já não atende à complexidade dos grupos sociais. Além de limitado, não consegue abranger o ser humano em sua totalidade, propiciando a alteração do conceito para população.

Após as discussões em torno do **Darwinismo**, com base nos estudos genéticos, surgem os debates voltados para os grupos raciais e os grupos étnicos: os primeiros julgavam ter uma base genética e outra base determinante, enquanto os segundos supunham ter um comportamento suscetível a mudanças. (Rex, 1998)

Por conta da aplicação inadequada do conceito de raça, em que os estudiosos dos grupos humanos teorizaram a superioridade e inferioridade do homem a partir de teorias evolucionistas (e consequentemente racialistas), a ciência renega os conceitos de raça e racialismo. Ela substituiu, por exemplo, raça por população, do ponto de vista da ciência biológica e étnica, observada a partir das ciências sociais (Guimarães, 1999). Neste sentido, o conceito de etnia foi ocupando um espaço maior na área de ciências sociais.

Historicamente, foi o antropólogo Vancher de Lapouge quem criou o termo etnia (SILVA, SILVA, 2009), remontando a princípios do século XIX com objetivo de designar as características culturais próprias de um grupo. Devido ao conceito de raça não abranger o estudo dos grupos humanos, em sua totalidade, e ficar restrito ao aspecto biológico ou físico, as discussões conceituais em torno de etnia se voltaram para o aspecto cultural.

Santayana (2002) citado por Cardozo (2004) explica que a palavra etnia tem suas origens com base em quatro raízes das línguas ocidentais: o indo-europeu, o berbere, o árabe e o turco. O indo-europeu teria tido, entre outras, a influência do sânscrito de onde proviria o vocábulo *svadha*, que pressupõe “consciência individual”. Daí teria avançado para hábito e comportamento, não só pessoal, como tribal. A partir do grego

mais arcaico, *svadha* transformou-se em *svethos*, de onde evoluiria para *ethos* e *ethnos*, ética e etnia.

O conceito proposto por Weber, parte da ideia de que a etnia anda ao lado da crença, do sentimento e da representação coletiva, ao contrário da raça, que fica ao lado do parentesco biológico. (Barth, 1996)

Etnia, segundo Petronilha Beatriz Silva (BRASIL, 2004), traduz um cenário marcado pelas relações tensas causadas pelas diferenças na cor da pele e nos traços fisionômicos que caracterizam a raiz cultural plantada na ancestralidade dos mais diversos grupos. Esta raiz difere em visão de mundo, valores e princípios de origem indígena, europeia ou asiática. O termo étnico é fundamental para demarcar que um indivíduo pode ter a mesma cor da pele e o mesmo tipo de cabelo que o outro, e possuir traços culturais e sociais que os distingue, caracterizando, assim, etnias diferentes. (Felipe, Nogueira e Teruya, 2008)

A discussão conceitual que os estudiosos propõem sobre o conceito de etnia permite um entendimento amplo sobre cultura, identidade e etnicidade nas mais distintas áreas do conhecimento, possibilitando uma aproximação com o debate turístico.

Ao debater sobre etnicidade, é importante pontuar que sua definição não se resume apenas a distinguir um povo do outro ou até mesmo caracterizá-lo culturalmente. O conceito abrange além de limites fronteiriços, compreendendo processos migratórios permanentes ou temporários, trocas de experiências e intercâmbios que permitem a influência cultural entre povos.

A etnicidade pode ser compreendida a partir das etapas de um deslocamento de pessoas desde o momento em que o planejam e executam, para logo desfrutarem destino turístico. Pensar em um lugar diferente, sonhar com os atrativos naturais e culturais que poderão ser visitados e transformá-los em realidade, possibilita novos conhecimentos e ressignificações, garantindo, finalmente, uma experiência agradável.

A partir de sua identidade, os indivíduos de determinada comunidade vão buscando reforçar os elementos culturais que caracterizam sua etnicidade. Paralelo a isso, através dos processos migratórios, vai sendo possível reconstruir e renovar pensamentos e comportamentos, valorizando, assim, sua etnia, a partir das diferenças. Por essa razão, a definição de etnicidade, além de considerar os limites dos países e de uma política nacionalista, poderá abranger o ser humano em sua totalidade, em especial quando se trata do fenômeno turístico.

E quando falamos sobre o tema etnicidade e turismo, Cardozo (2006) faz uma reflexão interessante sobre o deslocamento de pessoas ou fluxo de turistas, em quem mostra a importância de considerar o “ato de viajar” a partir dos diversos lugares, motivações, gostos e preferências das pessoas.

Para a autora, a razão do conceito “étnico” é (...) estar ligado à preservação de características, manifestações e produtos culturais próprios de um povo ou de uma comunidade, percebidos em situações sociais que diferem de suas próprias (contextos de diferença). Acirra-se o debate para além da etnicidade em si, tocando as possibilidades de sua possível apropriação pelo turismo. (Cardozo, 2006: p. 144)



Figura 2.1: Mulheres da tribo Pokot

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Pokot_Woman.jpg



Figura 2.2: Zebras, gnus e cabras-de-leque em Masai Mara

Fonte: <http://commons.wikimedia.org/wiki/File:GnusAndZebrasInMaraMasai.jpg>

País dos Masai, do Parque Nacional de Nairóbi, de mulheres guerreiras, de ancestralidade, o Quênia vive experiências do turismo comunitário e responsável, cujo maior objetivo é proteger a fauna pertencente à Reserva de Masai Mara e, por outro lado, possibilitar o desenvolvimento econômico das tribos Masai, na tentativa de evitar os impactos gerados pelo turismo massivo.

Neste contexto, é fundamental um olhar sobre a Geografia Cultural que, do ponto de vista da definição, segundo Corrêa (2003), abrange as abordagens relacionadas à vivência e à experiência das pessoas em determinados espaços geográficos, podendo contemplar, nestes estudos, as festas populares, danças, atividades turísticas, literatura, dentre outros. (Castro, 2008)

E nesta relação entre etnicidade e turismo, a Geografia Cultural contribui com o entendimento de como os povos do planeta organizam culturalmente o espaço que ocupam, dando a ele também seu devido valor. A partir desta concepção, as manifestações culturais, que constituem elementos importantes para o entendimento do conceito de etnicidade, abrangem, além de uma visão antropológica e histórica, um olhar geográfico que possui um grau de importância para o desenvolvimento do turismo.

Atividade 1

Atende ao objetivo 1

Explique a importância dos estudos da Geografia Cultural para o turismo étnico.

Resposta comentada

Os estudos da Geografia Cultural podem contribuir com o desenvolvimento do turismo étnico a partir dos seguintes fatores:

- debates acerca da relação entre territorialidade e grupos étnicos;
- compreensão sobre as fronteiras e os fluxos turísticos;
- intercâmbio entre culturas em um determinado espaço;
- vivência de experiências dos lugares visitados;
- encontro entre grupos e indivíduos no destino turístico, seja ele composto pelo ambiente cultural ou natural.

Turismo Étnico: Uma discussão conceitual

O turismo é uma atividade que vem crescendo bastante, não somente do ponto de vista econômico, mas também nas várias áreas do conhecimento. Ele promove a diversidade natural e cultural do mundo, satisfazendo motivações, realizando sonhos e desejos do homem.

Por essa razão, quando o turista se desloca de um lugar para o outro e interage com o núcleo receptor, estamos falando dos estudos sociológicos e geográficos. No momento em que visitamos lugares deslumbrantes com registros humanos materiais e imateriais, estamos falando da ciência histórica e arqueológica. Ao realizarmos atividades náuticas, como observação de cardumes de peixes raros ou ornitologia, (observação de pássaros), falamos da Biologia. Ao nos depararmos com os estudos dos transportes turísticos, como o avião, necessitamos da Física. Quando apreciamos uma linda paisagem natural ou cultural, sentimos um bem estar conosco mesmo e refletimos sobre nossa existência, aí se encontra a Filosofia. E ao interagirmos com as culturas de povos diferentes, dos mais diversos lugares do mundo, falamos dos estudos antropológicos e etnológicos.

Como podemos ver, o turismo pode ser abordado e estudado a partir das contribuições de várias ciências, para logo ser planejado e executado de forma a garantir a satisfação do turista e um menor impacto nos recursos naturais e nas culturas locais.

Sendo assim, o turismo étnico propõe uma discussão que possibilite o entendimento e sensibilize o que representa o “outro” a partir de sua cultura e sua identidade étnica para o mundo. Uma vez que o turismo de massas, desde a consolidação do capitalismo aos dias atuais, tem proporcionado fortes impactos nos destinos turísticos, o ecoturismo aparece na década de oitenta como estratégia de minimizar os desastres ecológicos e garantir o envolvimento das comunidades locais no negócio turístico.

Os debates foram acirrados em torno dos conceitos e definições ecoturísticas, inclusive questionando se era possível incluí-lo como segmento ou atividade do turismo. Porém, os teóricos mais ortodoxos assim não o permitiam porque acreditavam que toda atividade segmentada oriunda do turismo gerava impactos ecológicos, sociais e culturais.

Enquanto aconteciam os debates no interior das academias, várias localidades iam experimentando o ecoturismo através de uma política

que garantisse uma gestão comunitária e participativa nos lugares com potencial turístico. Em vários lugares do mundo ocorreram experiências maravilhosas e exitosas, ainda que constituíssem uma porcentagem muito pequena frente às diversas atividades do turismo massivo.

Geralmente, em torno dos lugares com potencial turístico, existe uma comunidade local que vive do que lhe oferecem os recursos naturais da região. Obviamente, ela possui manifestações culturais e mantém os elementos étnicos que os identificam como pertencentes àquele povo, constituindo um valor agregado ao lugar ou à real motivação do destino turístico, determinados pela demanda turística. Quando os povos étnicos são a principal motivação da demanda turística, além dos processos migratórios e fronteiriços e da interação entre culturas diferentes, estamos falando sobre o turismo étnico.

Para Smith (1989), o turismo étnico “consiste em conhecer o modo de vida de populações exóticas, como as indígenas” (p. 82), assim como comunidades quilombolas, ribeirinhas, italianas, japonesas, árabes, dentre outras ou (grifo nosso) “a forma de vida de determinados grupos humanos, diferenciados por raça, religião, região de procedência e outras características comuns.” (p. 90) Cardozo (2004: p. 49) explica que “O turismo étnico, por outro lado, ainda seria uma segmentação com definição pouco clara. Para uma maior aproximação de um conceito, seria necessário retomar as reflexões de etnia e etnicidade já expostas, pois mesmo que teoricamente etnicidade e cultura sejam diferentes, na prática da atividade turística, podem apresentar similaridades.”

Segundo a Organização Mundial do Turismo, o conceito de turismo étnico:

constitui-se das atividades turísticas decorrentes da vivência de experiências autênticas em contatos diretos com os modos de vida e a identidade de grupos étnicos. Busca-se estabelecer um contato próximo com a comunidade anfitriã, participar de suas atividades tradicionais, observar e aprender sobre suas expressões culturais, estilos de vida e costumes singulares. Muitas vezes, tais atividades podem articular-se como uma busca pelas próprias origens do turista, em um retorno às tradições de seus antepassados.

O Turismo Étnico envolve as comunidades representativas dos processos imigratórios europeus e asiáticos, as comunidades indígenas, as comunidades quilombolas e outros grupos sociais que preservam seus legados étnicos como valores norteadores em seu modo de vida, saberes e fazeres.



Figura 2.3: Índios brasileiros da tribo Ashaninka, que vivem no Acre
 Fonte <http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Ashaninka.jpg>

O Ashaninka é um povo indígena que vive em famílias nucleares, sob a liderança de um chefe, nas selvas centrais do Peru. Seu vasto território compreende importantes rios, entre eles o Apurímac e Urubamba. Os atrativos naturais e culturais permitem que o povo Ashaninka planeje e organize algumas atividades turísticas relacionadas aos seus costumes, gastronomia e o cotidiano, possibilitando o desenvolvimento do etnoturismo indígena, além do turismo vivencial e de aventura.

Para Costa (2004: p.10) a possibilidade de analisar o turismo étnico, permite, pois, observar as dinâmicas de alteridade interétnicas, uma vez que por seu intermédio é possível observar, em condições particulares, as relações que se estabelecem entre o turista e o “**touree**”, e as relações “intraétnicas”, que se estabelecem entre os touree e os intermediários dessa relação, que são, regra geral, “**co-étnicos**”.

Touree

indivíduo que é objeto da atenção do turista. (Exemplo: integrante da comunidade étnica)

Co-étnicos

mediadores entre o turista e os touree .

Por outro lado, Gaiotto (2008: p. 138) em sua pesquisa sobre Turismo Étnico – Conceitos e Práticas: Uma proposta para o Cafundó, em Salto de Pirapora – SP adota a definição de turismo étnico a partir do impulso dado (...), motivação dos turistas à exploração e conhecimento do território de uma comunidade quilombola, onde a agricultura familiar poderá agregar e promover a valorização econômica das funções em si, bem como das demais atividades complementadas pelas turísticas.”

Além disso, Gaiotto propõe uma “abordagem do estudo do território a partir do binômio Patrimônio e Paisagem, que visa a subsidiar as propostas para o Turismo Étnico sustentável alicerçado nos processos culturais de origem africana, principalmente no patrimônio imaterial” (p.138)



Figura 2.4: Ponta de São Lourenço, Arquipélago da Madeira

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Ponta_de_Sao_Lourenco_north_north_east.jpg

Localizado no oceano atlântico, o arquipélago da Madeira com seus atrativos naturais espetaculares, favorece o desenvolvimento do turismo em suas mais diversificadas segmentações, entre elas a cultural. Grande parte das festas são religiosas, uma vez que o povo madeirense é muito católico. Com seus trajes típicos, os madeirenses dançam o bailado, falam as trovas e dão ritmo com seus instrumentos regionais, em especial gaitas de foles e viola de arame. Por conta de a economia, ter como base a agricultura, em algumas regiões são organizados vários arraiais relacionados a produtos da cultura madeirense.

Diante dos diálogos apresentados, podemos dizer que o turismo étnico pode propor atividades planejadas e programadas a partir dos elementos que caracterizam o grupo étnico visitado. O encontro entre o sujeito turista e o sujeito receptor gera o respeito ao modo de vida, à religião e às origens, permitindo o exercício filosófico de reflexão e prática sobre a alteridade entre ambos indivíduos, em especial, do visitante.

Assim, o turista passa a compreender o que é possível comercializar ou não como produto turístico dentro de um grupo étnico, considerando as permissões e proibições estabelecidas na comunidade no que diz respeito aos tabus alimentares, religiosos, entre outros.

A discussão vai mais além quando teóricos propõem um diálogo sobre o turismo étnico a partir da experiência e participação do turista em eventos culturais que apresentem situações distintas daqueles que ele próprio conhece ou que pertencem à sua cultura. É o caso de Chambers (2000), que afirma que o conceito de turismo étnico estaria relacionado com exposição de cultura de minorias.

=====**Atividade Final**=====

Atende aos objetivos 1 e 2

Leia o texto a seguir e expresse sua percepção sobre o que o autor quis enfatizar.

Considerando esses diferentes olhares e definições sobre o Turismo étnico e a etnicidade no Turismo, seria possível, conceituar o Turismo étnico como “aquele relacionado às experiências turísticas cujo atrativo seja a cultura de uma comunidade que se construiu e se representa fora das culturas centrais ocidentais, independentemente de essa comunidade ser autóctone ou transplantada”. (Cardozo, 2005: p. 53)

Resposta comentada

No texto, vemos o valor dado pelo autor às experiências turísticas do visitante no meio cultural de determinado grupo étnico. Ele deixa claro seu parecer com relação às diferenças culturais encontradas nesse universo não ocidental, onde o sujeito receptor desempenha uma função além da de profissional do turismo, um papel de agente social, pautado na sua realidade social e econômica.

Conclusão

Tão complexo em sua compreensão conceitual, o turismo étnico implica a promoção do modo de vida de comunidades ou grupos étnicos. Para que o turismo étnico possa ser desenvolvido de forma exitosa, é necessário o cumprimento de requisitos, entre eles, o acompanhamento dos debates em busca de um conceito que possa abrangê-lo, considerando suas particularidades.

Desenvolvê-lo não é tão simples, pois trabalhar com elementos da identidade étnica de determinado povo constitui um desafio muito grande, já que existem grupos étnicos fechados e muito restritos com relação ao visitante.

Na própria história do turismo, no “boom” da atividade, muitos lugares foram explorados, alguns destinos planejados e várias ações acrescentadas para darem origem às regiões turísticas com seus respectivos zoneamentos. A grande problemática de todo esse longo processo foi a não inclusão das populações locais, que consideravam que a atividade turística apenas trazia danos e impactos às suas comunidades.

De fato, ao debater os conceitos do turismo étnico, se faz necessário aprofundar o tema, considerando as consequências deixadas pela atividade turística em vários destinos, em especial àquelas relacionadas a determinado grupo ou comunidade étnica.

Por essa razão, qualquer atividade destinada ao turismo étnico tem de ser muito bem estudada, discutida, avaliada, para depois ser aplicada aos anseios e necessidades de comunidades indígenas, quilombolas, judias, italianas, japonesas, dentre outras.

Resumo

Não podemos afirmar que existe um conceito fechado e determinado de turismo étnico, até porque, para compreendê-lo, precisamos do auxílio de várias ciências, tal como se dá com o conceito de turismo em sua amplitude, sem as segmentações e tipologias.

A importância de discutir os conceitos do turismo étnico nos permite avançar na compreensão de que é necessário garantir a participação dos grupos étnicos no planejamento e execução do turismo.

Entender os estudos e diálogos entre diversos teóricos e pesquisadores ao longo da história das ciências, em especial os debates em torno dos conceitos de etnia, a etnicidade contribui para o estudo e construção do conceito de turismo étnico.

O debate sobre o turismo étnico vem trazendo pequenos diálogos com alguns autores de livros e pesquisadores em suas dissertações de mestrado e doutorado. Assim, estamos falando de um debate provocativo, pois mostra que conceituar o turismo étnico é de uma grande complexidade, já que cada estudioso tratará de entendê-lo a partir de suas concepções e até mesmo tendências.

Referências

BANTON, Michael. Race: perspective one. In: CASHMORE, Ellis. *Dictionary of race and ethnic relations*. New York: Routledge, 1994.

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas Fronteiras. In: P. Poutignat e J. Streiff Fenart, *Teorias da etnicidade*. São Paulo, Ed. da UNESP, 1969/1998.

BRASIL, Ministério do Turismo. *Turismo Cultural: orientação básicas* – Ministério do Turismo – Secretaria Nacional de Políticas de Turismo – Departamento de Estruturação e Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação – 3 ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

CARDOZO, Poliana Fabíula. *Possibilidades e limitações do turismo étni-*

co: a presença árabe em Foz do Iguaçu. Programa de Pós Graduação em Turismo. Universidade de Caxias do Sul, 2004.

_____, Poliana Fabíula. *Possibilidades e limitações do turismo étnico: a presença árabe em Foz do Iguaçu*. Programa de Pós Graduação em Turismo. Universidade de Caxias do Sul, 2005.

_____, Poliana Fabíula. Considerações preliminares sobre o produto turístico étnico. *Revista de Turismo e Patrimônio Cultural*, Vol. 4, N. 02, pags. 143-152, 2006.

CASTRO, Jânio R. Barros. Desafios e potencialidades da Geografia Cultural nos espaços educacionais: uma abordagem reflexiva e propositiva. *Revista Ateliê Geográfico*. Vol. 02, N. 03, UFG-IESA Goiana, 2008.

CHAMBERS, Erve (org). *Tourism and Culture: an applied perspective*. StateUniversity of New York, Albany: 1997.

CORRÊA, R. A Geografia Cultural e o urbano. In: CORRÊA, R. Lobato. E ROSENDAHL, Zeny (Orgs). *Introdução à Geografia Cultural*. Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil, 2003.

COSTA, F. Lima. *Turismo Étnico, cidades e identidades: espaços multiculturais na cidade de Lisboa*. VIII Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais. Universidade de Coimbra, 2004.

FELIPE, Delton Aparecido; NOGUEIRA, Juliana Keller; TERUYA, Teresa Kazuko. *Conceitos de gênero, etnia e raça: reflexões sobre a diversidade cultural na educação escolar*. Educação escolar, formação de professores, diversidade cultural. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST1/Nogueira-Felipe-Teruya_01.pdf>.

GAIOTTO, M. Alice. Turismo Étnico – conceitos e práticas: uma proposta para o Cafundó em Salto de Pirapora, SP – ANAP Brasil *Revista Científica*, Ano I, N. 01, 2008.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. *Racismo e Anti-Racismo no Brasil*. São Paulo: Editora 34, 1999.

REX, Jonh. *Race and ethnicity*. Milton Keynes: Open University Press, 1986.

SMITH, Valene. *Anfitriões e convidados*. Antropología del Turismo. Madrid: Endymon, 1989.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1993.

Aula 3

Antecedentes investigativos do turismo étnico como proposta de integração entre homem e natureza

Meta da aula

Discutir algumas experiências de integração entre o ambiente natural e os grupos étnicos no mundo, que servem de antecedentes para novos estudos e planejamentos de atividades relacionadas ao turismo étnico.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. identificar se os grupos étnicos efetivamente participam do processo de planejamento, montagem e execução das atividades turísticas;
2. pontuar os papéis dos atores sociais no processo de prestação de serviços turísticos.

Introdução

Como um modelo recente de desenvolvimento econômico e participação dos grupos étnicos, o turismo étnico permite, dentro de sua proposta filosófica, o aproveitamento adequado das culturas no mundo, além da conservação do entorno natural composto por fauna e flora diversificadas.

Atualmente, os novos estudos do turismo defendem que conservar por conservar o ambiente natural não é a melhor opção. Em especial, quando ao redor do destino turístico se encontram comunidades tradicionais, que buscam conservar seus elementos culturais, mas que também vêm tentando melhorar a qualidade de vida dos seus integrantes a partir das perspectivas do turismo étnico.

A melhor maneira de encontrar uma alternativa para conservar e desenvolver zonas de interesse turístico, particularmente aquelas com características especiais de áreas protegidas (entre elas os espaços territoriais demarcados para os grupos étnicos), é o envolvimento das lideranças comunitárias, porta-vozes dos anseios e perspectivas dos grupos. Não é um trabalho tão simples de fazer, já que alguns povos, embora conservem suas raízes culturais, encontram-se em condição de marginalidade perante o desenvolvimento turístico, por conta de sua trajetória histórica.

Pontuando algumas experiências que se aproximam do segmento turismo étnico na América do Sul

A seguir, veremos alguns exemplos de estudos, pesquisas e ações que remetem ao turismo étnico na Venezuela e no Brasil.

Teta de Niquitao–Venezuela



Carlos Salas

Figura 3.1: Teta de Niquitao.

Fonte: <https://flic.kr/p/8DWQcH>



Figura 3.2: Localização do estado de Trujillo. Autor: Wilfredo Rodriguez

Fonte: http://es.wikipedia.org/wiki/Bocon%C3%B3#mediaviewer/Archivo:Venezuela_Republica.svg

Em 1998, Villasmil levou a cabo o estudo *Plan de conservación con fines ecoturísticos para el monumento natural “Teta de Niquitao”*, localizado no estado de Trujillo, na região andina venezuelana. Logo depois da investigação de campo, por meio da observação direta dos elementos que compõem o ambiente, a aplicação de questionário obteve como resultado uma proposta de diretrizes para a implementação de programas de ação em áreas naturais que traziam no seu entorno as populações locais. O autor assinala que as diretrizes devem ser muito bem estudadas e analisadas. Na sequência, diz que é necessário averiguar como a comunidade deverá alcançar seus benefícios econômicos e sociais, bem como o fortalecimento da cultura.

Casanova y Romero (1992) em seu estudo, analisaram a inquietação do Inparques (Instituto Nacional de Parques), maior órgão público venezuelano, em incorporar de forma mais efetiva os parques nacionais e outras reservas ou áreas protegidas da Venezuela na oferta turística nacional. Seu objetivo principal foi o desenvolvimento de uma metodologia que permitiu priorizar a avaliação e implementação de ações direcionadas às rotas existentes nos parques nacionais. A avaliação das áreas protegidas foi analisada detalhadamente de acordo com:

- seu potencial paisagístico;
- atrativos turísticos;
- a infraestrutura turística;
- a prestação de serviços turísticos e
- o estudo de pequenas vilas, grupos étnicos e manifestações culturais dispostos em seu itinerário.

Como resultados da pesquisa, os autores propõem o planejamento de três rotas que interligam os parques nacionais e um monumento natural, bem como a demarcação exata de alguns pontos da rodovia principal que podem servir como mirantes, pontos de informações turísticas, paradas de emergência e postos do Inparques. Além disso, sugerem a montagem de uma rota turística, a elaboração de projetos arquitetônicos dos módulos turísticos do Inparques, um inventário do equipamento turístico e dos atrativos locais e, finalmente, uma metodologia para a avaliação de rotas turísticas e do desenvolvimento econômico das comunidades localizadas no entorno das áreas protegidas.

Zerpa (1999), após aplicar 300 questionários fechados, dirigidos aos atuais e potenciais visitantes do município venezuelano de Urachiche,

Teta de Niquitao

Montanha mais alta do estado de Trujillo (Venezuela). Com seus 4.006 metros, é sagrada e emblemática para todos os *trujillanos*. Chamada de Everest de Trujillo, está situada na Cordilheira dos Andes, entre a região montanhosa dos estados de Mérida e Trujillo, podendo ser vista de diversos e distantes lugares dos Andes venezuelanos. Foi decretada monumento natural em 4 de setembro de 1996.

localizado no estado Yaracuy, propõe um projeto que busca uma solução integral através do ecoturismo, já que destaca em sua pesquisa a importância de a população local pontuar suas manifestações culturais.

Através dos questionários aplicados, a autora chegou aos seguintes resultados: população com um nível jovem, tendo uma educação primária e a economia muito baixas; a força de trabalho se concentra na agropecuária, no artesanato e em algumas regiões de exploração mineral, tendo outra parcela que se dedica às atividades tradicionais mágico-religiosas. Isto significa, na opinião de Zerpa, que a oferta de trabalho é escassa e restrita por falta de interesse no desenvolvimento de ações do turismo voltadas para a conservação ambiental.



Escambo contemporâneo

Você se lembra de ter ouvido nas aulas de História sobre atividades de escambo, principalmente na relação entre colonizadores e nativos? O escambo é a troca de bens e serviços sem envolvimento de dinheiro e ocorreu muito no período colonial na América do Sul. No entanto, essa prática não acabou.

Muitas comunidades de cidades interioranas utilizam o escambo como forma de diminuição das pressões capitalistas, desenvolvendo práticas solidárias de trocas de bens e serviços. Veja um trecho da reportagem (traduzido livremente do espanhol) que trata do escambo praticado no município de Urachiche, o mesmo abordado na pesquisa de Zerpa:



Figura 3.3: Sistema de escambo de Urachiche, Yaracuy.

Fonte: <https://flic.kr/p/oFq5go>

20 de junho de 2011: Já faz quatro anos desde que um grupo de pessoas de Urachiche e de municípios próximos, no estado de Yaracuy, retomou a prática ancestral do escambo como um exercício solidário de intercâmbio de produtos, bens, serviços e saberes, fomentando a aproximação humana e fortalecendo os valores do respeito, da complementaridade e da cooperação.

Caso tenha achado a reportagem interessante, ela pode ser acessada na íntegra, em espanhol, no link: <http://www.aporrea.org/actualidad/n183231.html>.

Sendo assim, Zerpa sugere um modelo de refúgio turístico integral de montanha, como apoio à população de Urachiche, estado de Yaracuy. Após analisar os resultados, ela concluiu que o refúgio deve ser formado por atividades integradas, de maneira que o visitante conte com várias alternativas para seu desfrute. Os preços não devem ser elevados e é importantíssimo contratar o pessoal da região para gerar empregos e desenvolver um plano de marketing.

Como se observa, o enfoque dos resultados obtidos por Zerpa está orientado para o benefício socioeconômico da comunidade, assim como o planejamento de um produto que atenda as expectativas daque-

les visitantes que buscam aproveitar o contato com a natureza e com a cultura dos povoados que ainda conservam suas manifestações folclóricas e gastronômicas.

Parque Metropolitano de San Cristóbal – Venezuela

Martínez (2000) realizou trabalho de investigação de campo e documental acerca das áreas protegidas, particularmente o Parque Metropolitano de San Cristóbal, na Venezuela. Em sua amostragem, utilizou 215 usuários, com a finalidade de determinar o seu perfil. Após analisar os resultados mediante a técnica estatística descritiva, o autor propôs um modelo de promoção do ecoturismo e de educação ambiental através da sensibilização ecológica dos visitantes, para fomentar a promoção do ambiente conservado e dos valores socioculturais da população local.

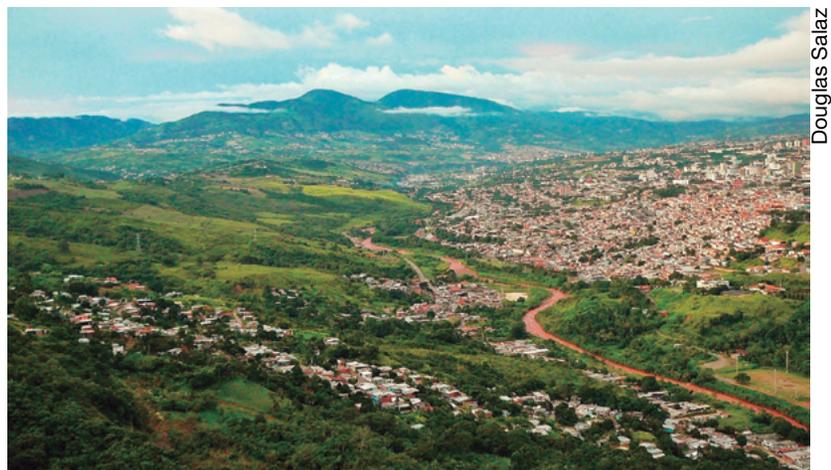


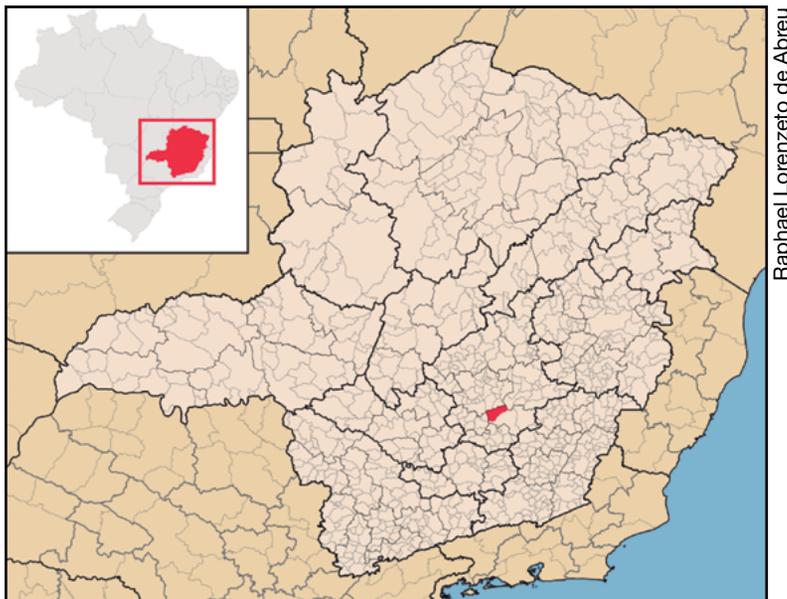
Figura 3.4: Cidade de San Cristóbal.

Fonte: <https://flic.kr/p/fBcCNc>

O estudo permitiu compreender, dentro de uma perspectiva mais nobre, como se dá uma relação mais harmônica entre operadores de turismo, agentes de viagens, instituições públicas, organizações não governamentais e a comunidade étnica. Isso possibilita uma discussão sobre as maneiras de aproximar as comunidades e os administradores para planejar as estratégias de envolvimento de todos os interessados no desenvolvimento do ecoturismo, considerando os atrativos turísticos naturais e também do turismo étnico, tendo em vista a cultura local.

Itabirito – Brasil

Magalhães et al. (2000), em seu estudo *Diagnóstico e diretrizes turísticas dos municípios mineiros – O caso de Itabirito*, desenvolveram uma metodologia dividida em duas partes. A primeira fase realizou pesquisa bibliográfica específica sobre a história, política e economia do município de Itabirito (Minas Gerais) e dos trabalhos de campo, com a finalidade de observar, vivenciar a realidade local para elaborar um inventário do diagnóstico de mapas, trilhas e rotas turísticas. A segunda fase promoveu contatos com a comunidade em forma de reuniões, diálogos e aplicação de questionários. Segundo Magalhães, tais procedimentos estão orientados à elaboração das metas, diretrizes e conclusões.



Raphael Lorenzeto de Abreu

Figura 3.5: Localização do município de Itabirito no estado de Minas Gerais.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:MinasGerais_Municip_Itabirito.svg#mediaviewer/Ficheiro:MinasGerais_Municip_Itabirito.svg

O estudo propôs a oferta turística de uma pequena zona colonial datada do século XVIII, com construções religiosas, museus, atrativos naturais (cascatas, formações rochosas, flora diversificada), manifestações populares e eventos tradicionais, tais como as festas religiosas, os festivais e competições que integram a categoria de atrativo turístico, porém são também culturais.



O pastel de angu e a mercearia Paraopeba

Dentre os eventos que compõem a agenda cultural de Itabirito, está a Festa do Pastel de Angu, considerado patrimônio cultural do município. A simplicidade da economia local também é evidenciada pela mercearia Paraopeba, onde “vende-se de tudo”, uma atividade que possibilita a compra e venda de produtos pelos produtores locais, além de ter se tornado uma atração turística local.



Darlan

Figura 3.6: Mercearia Paraopeba – Itabirito/MG.

Fonte: <https://flic.kr/p/ct5WVw>

Caso queira conhecer mais sobre Itabirito e as atividades que envolvem a mercearia Paraopeba, veja esta entrevista realizada no programa Globo Rural:

<https://www.youtube.com/watch?v=R6yMSogCgkg>

O equipamento turístico de Itabirito está constituído por alguns hotéis do tipo fazenda; a gastronomia oferece um bom nível de serviços em qualidade e quantidade, tais como restaurantes, bares, cantinas e sorveterias. Por meio da análise da atual oferta e dentro de uma perspectiva do turismo autossustentável, que tenha como principal objetivo contribuir para o bem-estar da comunidade e o equilíbrio do meio físico, o estudo de Magalhães et al. estabeleceu um programa com três fases:

Lançando um olhar acadêmico para os estudos do turismo étnico: possibilidades e problemas

Nas subseções a seguir, você vai conhecer estudos realizados no Peru e no Brasil – Maranhão e Paraná – que apontam soluções para a implementação do turismo étnico.

A construção da cultura de consumo no Novo Peru

Yagua

O povo yagua está localizado em Loreto, na zona fronteira entre a Colômbia e o Brasil. Este é o único povo da família linguística peba-yagua. Segundo o INEI, para o ano de 2007, a população das comunidades autoidentificadas como yagua era estimada em 5.679 pessoas. Segundo alguns autores, o termo “yagua” provém de outros povos e dos colonos espanhóis, já que é uma denominação na língua *quechua*. *Yagua* proviria da palavra *quechua* “yawar”, que significa sangue ou cor de sangue, expressão que se reflete no costume de pintar o corpo com o achiote (planta de cor vermelho-amarelada de nome *bixaorellana*) e na autopercepção dos yagua, que veem a si mesmos como vermelhos. Por outro lado, os autores têm assinalado que este povo se autodenomina “nihamwo”, que significa “nós somos a gente”.

(Fonte: <http://bdpi.cultura.gob.pe/node/19>)

Tendo como pesquisa o tema “Los **yagua** en el contexto del turismo étnico: la construcción de la cultura para el consumo en el caso de Nuevo Perú”, Zevallos (2008) propõe uma análise sobre como é possível se apropriar da cultura para transformá-la em um produto de consumo, direcionando sua pesquisa para a comunidade Nuevo Perú, localizada no Peru amazônico.



Figura 3.7: Chefe indígena yagua tocando flauta feita de pedaços de madeira amarrados.

Fonte: <https://flic.kr/p/9CctJJ>

Na pesquisa, o autor discute o papel da antropologia na compreensão da etnografia ante o fenômeno da globalização no mundo contemporâneo e salienta que, a partir dos estudos do movimento permanente de pessoas, surgiram novos conceitos, entre eles os de fronteira, diáspora e culturas híbridas. Diante destas constatações, ele critica a limitação dos antropólogos em fixar seus estudos no fluxo de pessoas, deixando de lado a atividade turística, em especial quando se fala em **diáspora** e **hibridismo**.

Neste sentido, Zevallos (2008, p. 115) pontua a importância do turismo na análise antropológica do transnacional como uma forma de compreender as culturas contemporâneas. Ele explica que o turismo modela as culturas, objeto de consumo turístico, e as coloca na indústria do capitalismo tardio, transformando as atividades de lazer em atividades exploradas economicamente. Por essa razão, propõe uma reflexão sobre como se constroem as representações da cultura para o consumo no contexto do turismo. Além disso, estuda as performances turísticas como rituais contemporâneos e práticas sociais, os quais constituem, na visão do autor, novas culturas construídas por uma audiência externa. O autor analisa, ainda, como os significados da cultura são construídos na prática, a partir da interação entre turistas, produtores e população local.

A pesquisa é caracterizada como de campo, já que inclui, além da comunidade indígena dos yagua, o albergue que pertence à empresa Paseos Amazónicos e os turistas, naquilo que ele mesmo chama de “drama turístico”, uma vez que trata de estudar o papel de cada um nas relações estabelecidas entre eles mesmos como atores sociais.



Jialiang Gao

Figura 3.8: Um yagua mostrando o uso da zarabatana.

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Yahua_Blowgun_Amazon_Iquitos_Peru.jpg

No subtítulo “La puesta en escena” (“a encenação”), Zevallos (2008) descreve o cenário da chegada dos turistas, a recepção do guia de turismo e a descrição do povo indígena yagua. O autor já inicia sua análise pontuando que, dos três dias organizados e contemplados no pacote ofertado pela empresa, apenas um é de contato efetivo com a comunidade local. Entretanto, salienta que todos os procedimentos de recepção feitos pelos indígenas (as pinturas, as danças, os discursos voltados à

Díáspora

Remete à sua origem grega: a dispersão de um povo, não necessariamente obrigado a imigrar, mas, usualmente, dissipado contra sua vontade (FUNARI, 2007, p. 355).

Hibridismo

“O hibridismo cultural é um fenômeno histórico-social que existe desde os primeiros deslocamentos humanos, quando esses deslocamentos resultam em contatos permanentes entre grupos distintos.

O continente latino-americano é um lugar por excelência para a ocorrência do hibridismo cultural, porque é um espaço de imigração e migração desde eras remotas. Todo sujeito migrante é um sujeito híbrido, porque, quando deixa sua terra, torna-se diferente, pois os outros homens que encontra na terra estrangeira têm outros costumes e outras crenças; ouve outro tipo de música e dança em outro ritmo. O ritmo que trouxe e inicia o processo de hibridismo cultural” (CARDOSO, 2008, p. 79)

apresentação da cultura) são determinados pela empresa em atenção às variáveis comportamentais dos turistas (seus gostos e preferências).

Para Zevallos, a experiência turística precisa de narrativas, que são diversificadas, a seu ver, sendo uma delas a **metanarrativa**: [...] o marco de interpretação conformado pelos imaginários que circulam em nível global dentro do qual opera o turismo (2008, p. 129). Na investigação, ele observa que as

Metanarrativa

São filosofias da história que narram modelos explicativos universais e estáveis, ou seja, são “metassaberes” que estabelecem a perspectiva de conhecer a realidade e poder realizar um mundo mais justo; poder, através do conhecimento, emancipar o homem, trazer-lhe a luz, salvá-lo do obscurantismo, da selvageria, da alienação (SILVA, 2012, p. 1).

[...] narrativas que manejam a empresa, a população de Nuevo Perú e os turistas se encontram emolduradas dentro das meta-narrativas sobre o ecoturismo, o turismo étnico e a Amazônia. Estas proporcionam os elementos a partir dos quais os turistas constituem seus objetos de desejo, que logo a empresa e o grupo étnico receptor buscarão recriar para a satisfação de seus consumidores (2008, p. 129).

Quando aborda “*El consumo de lo auténtico*” (“O consumo do autêntico”), Zevallos traz à tona uma discussão sobre os conflitos gerados a partir do que representa a autenticidade para cada ator social, ou seja, os yagua, a empresa e o turista. Ainda que os estudos da antropologia do turismo demonstrem que o turista busca como motivação a volta ao autêntico, o autor nos convida a discutir o tema.

Um dos conflitos detectados na investigação é a utilização do termo “autenticidade”, pois na comunidade yagua existem duas situações relacionadas ao autêntico: o “verdadeiro yagua”, que corresponde ao original e o “mestiço”, que, do ponto de vista cultural, não possui elementos para representar a etnia, em especial o uso da língua yagua, já que eles evitam falar castellano no contato com o turista, com o respaldo da empresa.



Figura 3.9: Mulher yagua produzindo fios de fibras que serão utilizados na confecção de diversos utensílios domésticos.

Fonte: <https://flic.kr/p/9C9y3Z>

Finalmente, o cenário construído pelos atores sociais é o mesmo que dará os significados à cultura, conforme explica Zevallos em sua pesquisa de campo. Para ele, quem determina o papel da população local é a própria empresa, por possuir poder no contexto da dinâmica econômica proporcionada pela atividade turística ante os grupos étnicos. O autor conclui que a forma como o grupo étnico é colocado na cena

[...] reproduz estereótipos sobre o selvagem, replica fantasias preexistentes e simula uma visão anacrônica do outro, que o despoja da condição de ameaça quando o converte em um objeto “exótico” do ponto de vista estético e tornando vazio seu conteúdo político (2008, p. 138).

Zevallos questiona, ainda, sobre que circunstâncias fazem referência à valorização cultural, uma vez que, no cotidiano, os indígenas seguem sendo vistos com discriminação e finaliza:

Devemos, então, refletir sobre como queremos que seja implementado o turismo em nosso país, tanto no nível das políticas públicas como no nível da prática, na maneira em que os significados da cultura são construídos a partir da experiência em cada contexto particular (2008, p. 140).

Turismo étnico em comunidades quilombolas

Silva e Carvalho (2010), em seu trabalho investigativo *Turismo étnico em comunidades quilombolas: perspectiva para o etnodesenvolvimento em Filipa (Maranhão, Brasil)*, refletem

sobre o turismo cultural nos territórios remanescentes quilombolas, buscando analisar as possibilidades de aproveitamento turístico do legado étnico da comunidade de Filipa, localizada no estado do Maranhão, enquanto fator de desenvolvimento socioeconômico (p. 204).

Após desenvolverem um aporte teórico dos conceitos de identidade, memória, patrimônio cultural, turismo cultural e étnico, as autoras fazem uso da pesquisa bibliográfica, documental e de campo, bem como do instrumento metodológico conhecido como observação não participante. Com isto, obtiveram algumas informações sobre o legado étnico da comunidade quilombola de Filipa, observando o papel dos agentes em torno da proposta de implantação do turismo naquela região e identificando as oportunidades para o etnodesenvolvimento local.

Uma das preocupações das autoras para o projeto do etnodesenvolvimento na comunidade quilombola de Filipa, através da implementação do turismo étnico, seja bem-sucedido é garantir a participação dos grupos étnicos no processo de planejamento das ações que possibilitem sua qualidade de vida. Elas apontam a importância do turismo étnico como um processo articulado e dialógico, considerando as expectativas dos integrantes do núcleo receptor, não limitando sua prática apenas ao aspecto mercadológico. No entanto, é importante para dinamizar a economia do lugar, uma vez que as particularidades dos territórios étnico-culturais devem ser levadas em conta no que diz respeito à garantia da manutenção, conservação e preservação das raízes culturais.

Turismo étnico no meio rural

Cardozo e Antonio (2008) elaboraram uma pesquisa intitulada *Turismo étnico no meio rural: possibilidades para a comunidade de imigrantes ucranianos de Linha Esperança, município de Prudentópolis, estado do Paraná*. O trabalho tem o intuito de refletir sobre as transformações e possibilidades dadas a partir do turismo rural, estudando os costumes trazidos pelos ucranianos na metade do século XIX para Linha Esperança.



Samir Nosteb

Figura 3.10: Portal ucraniano na entrada da cidade de Prudentópolis/PR.

Fonte: <http://commons.wikimedia.org/wiki/File:PortalUcranianoPrudentopolisPR.JPG>

Organizando a investigação em etapas, os autores contaram com a abordagem qualitativa descritiva do objeto de estudo, um aporte teórico com relação ao turismo, além das entrevistas aplicadas aos agricultores. O trabalho é bem interessante, pois encontramos informações sobre os aspectos gerais do município de Prudentópolis.

Uma das características importantes da comunidade para análise investigativa é a dinâmica econômica, que tem como base a agricultura tradicional ou artesanal, constituída do uso da terra de forma coletiva para produção animal e agrícola. Além disso, o trabalho considera elementos da cultura ucraniana que caracterizam o turismo étnico.

Os autores assinalam que:

O contingente de imigrantes ucranianos que se estabeleceram em Prudentópolis representa um importante fator na formação da população local, explicando o fato de que cerca de 70% de sua população possui ascendência à etnia e conserva aspectos culturais típicos daquela cultura, refletidas no cotidiano dos cidadãos através da religião, linguagem, gastronomia, festividades, manifestações artísticas, arquitetônicas e artesanato (p. 87)

A análise dos dados foi dividida em seis grupos, conforme descrito a seguir:

- Grupo A (perfil do entrevistado) – Nele se obteve alguns dados importantes, tais como: praticamente todos são de ascendência ucraniana, da segunda até a quarta geração, e, em menor proporção, são de ascendência polonesa;
- Grupo B (acesso à propriedade) – Por conta da infraestrutura existente no município, existe facilidade de deslocamento através de carro próprio, ônibus e bicicletas;
- Grupo C (atividades produtivas e modo de produção) – Observou-se que o principal produto cultivado é o feijão;
- Grupo D (recursos naturais) – Os entrevistados relataram possuir matas de araucária, tanques, pomares, mata parcialmente preservada, rios e hortas em suas propriedades. Neste contexto, pode-se afirmar que inexistem atrativos naturais peculiares de relevante potencialidade, entretanto, como comentado anteriormente, a Linha Esperança é via de acesso aos atrativos naturais de maior expressão no município, os quais se localizam nas proximidades. Com isso, os recursos existentes na localidade, bem como os adjacentes, poderão ser explorados turisticamente;
- Grupo E (conhecimento sobre a atividade turística) – O número predominante dos entrevistados acha que as pessoas teriam interesse em visitar suas propriedades, para ver, segundo eles, a realidade do homem do campo, a manutenção da cultura ucraniana, a produção de ervas medicinais, as belezas naturais da propriedade e peculiaridades do meio rural. Entretanto, uma parcela reduzida acha que as pessoas não teriam interesse em visitar suas propriedades, alegando não possuírem nada para mostrar ou então indisponibilidade de tempo.
- Grupo F (aspectos étnicos culturais) – Por meio dos dados coletados, pode-se entender que a etnia ucraniana seria o diferencial do produto turístico ofertado na Linha Esperança. Este fato é compro-

vado em razão de a totalidade dos entrevistados retratar que dava a continuidade aos aspectos relacionados a esta etnia.

Sobre este assunto, é pertinente aclarar um aspecto importante da preservação da etnia: ao dialogar com descendentes de ucranianos sobre assuntos correlatos a tradições ucranianas, seja no município em geral, ou especificamente na Linha Esperança, fica clara a forma prazerosa com que falam sobre o tema. Percebe-se que o descendente possui um verdadeiro amor pela pátria de onde seus ancestrais são oriundos, assumindo esta identidade cultural repassada de geração a geração.

Assim, aspectos culturais desta etnia se mantiveram evidentes ao longo das décadas através da gastronomia, do artesanato, do folclore, da religiosidade, da linguagem, enfim, de toda e qualquer manifestação que retrate este povo. Eles perduram até os dias atuais, tornando-se peculiar em meio ao cenário nacional (CARDOZO; ANTONIO, 2008, p. 95).

O ponto principal considerado pelos entrevistados como diferencial para o turismo étnico é a gastronomia, com pratos típicos da Ucrânia mantidos tradicionalmente entre os moradores de Linha Esperança, tais como:

- *borchtch* – sopa de sabor azedo à base de beterraba, repolho e couve, com costela ou lombo de porco, acompanhada de pão;
- *perohê* – pastel de massa amanteigada à base de trigo fermentado e recheado de batata com requeijão ou feijão, acompanhado de molhos;
- *holubchi* – charuto feito com recheio de carne, trigo ou arroz e envolvido em folhas de repolho ou couve e cozidos em vapor;
- *chrin* – molho à base de raiz-forte moída com beterraba;
- *kubassat* – linguiça de carne de porco, frita ou assada;
- *kasha* – quivera de trigo, aveia, milho ou arroz, servido em variadas formas;
- *nata* – levemente azeda, à base de leite, acompanha carne de porco;
- *carnes* – geralmente de porco ou frango, assadas, defumadas, fritas, abafadas ou moídas (p. 96-97).

Neste sentido, os autores concluem

[...] após minuciosa abordagem sobre assuntos pertinentes a Linha Esperança, que seu potencial turístico é relevante, assim como o diferencial relacionado à cultura ucraniana é prepon-

Conclusão

As experiências através das pesquisas acadêmicas, que se aproximam ou que tenham como foco o turismo étnico, nos possibilitam dimensionar o que levar em conta em um projeto de implementação do turismo que fará uso dos elementos culturais de grupos étnicos. Como podemos ver nas experiências destacadas nesta aula, existe um complexo número de pesquisadores que apontam situações de certezas e incertezas, de sucesso e de conflitos, de possibilidades e dificuldades.

São muitas visões, teorizações e tensões em torno de um debate que tem como tema as formas e estratégias utilizadas para integrar os grupos étnicos, migrantes e outros no processo de discussão acerca do que representa comercializar parte de sua cultura através da promoção do turismo étnico.

Trabalhar com atores sociais com diferentes interesses é de uma complexidade muito grande. Existe uma necessidade de sensibilizá-los de forma que se minimize o intuito meramente mercantil ou capitalista (no caso das empresas que executam os pacotes turísticos) e que por outro lado, permita ao grupo receptor olhar com cautela a oferta de atividades na comunidade no que diz respeito aos impactos positivos e negativos.

Que elementos da cultura podem ser postos na cena turística? Expor o sagrado, o religioso e até mesmo os tabus é seguro para a comunidade? Que diferença trará aos grupos étnicos a comercialização do que representa o “proibido” para uma audiência externa? São questionamentos que, a princípio, parecem obstáculos para o desenvolvimento do turismo étnico, entretanto, representam uma preocupação com o grupo étnico nas diversas fases da implementação e execução do turismo com uma segmentação para etnicidade.

Resumo

Seria muito interessante se pudéssemos estudar a imensidão de pesquisas que tenham uma relação com o turismo étnico. Com certeza, nos daria uma contribuição em termos de conhecimento mais holístico, porém não temos acesso a todas elas. É importante considerar alguns antecedentes de investigação para compreendermos melhor até onde esse segmento turístico tem chegado em termos de sucesso e também conflitos internos e externos ao grupo.

Por essa razão, a seção 1 traz alguns estudos ligados a outros segmentos do turismo, como ecoturismo, turismo ecológico e outros, mostrando que muitos deles envolvem as populações locais ou grupos étnicos no planejamento turístico, pontuando a importância de respeitar os valores culturais destas comunidades. Na sequência, a seção 2 traz como contribuição algumas pesquisas com o foco específico no turismo étnico, revelando aspectos positivos e negativos na prática da segmentação, no discurso dos atores sociais envolvidos no cenário turístico e na execução do produto comercializado para o visitante.

Referências bibliográficas

ADALA JR., B. Um ensaio de abertura: mestiçagem e hibridismo, globalização e comunitarismos. In: ADALA JR., B. (org.). *Margens da cultura: mestiçagem, hibridismo e outras misturas*. São Paulo: Boitempo, 2004.

CASANOVA, F.; ROMERO, C. Planificación de rutas que interligan parques nacionales y monumentos naturales para Venezuela. Caracas, Venezuela, 1992.

CARDOSO, J. B. Hibridismo cultural na América Latina. In: *Itinerários – Revista de Literatura*, n. 27, p. 79-90, Araraquara, jul./dez. 2008. Fonte: <http://seer.fclar.unesp.br/itinerarios/article/view/1127/914>.

CARDOZO, P. F.; ANTONIO, F. M. Turismo étnico no meio rural: possibilidades para a comunidade de imigrantes ucranianos de Linha Esperança – Prudentópolis/PR. In: *Revista Eletrônica Polidisciplinar Voos – REPV*, n. 5, 2008, p. 85-100. ISSN: 1808-9305.

FUNARI, P. P. The archaeological study of the African Diaspora in Brazil. In: OGUNDIRAN, A.; FALOLA, T. (eds.). *Archaeology of Atlantic Africa and the African Diaspora*. Bloomington: Indiana University Press, 2007, p. 355-371.

MAGALHÃES, C. F. Diagnóstico e diretrizes turísticas de municípios mineiros: O caso de Itabirito. In: RODRIGUES, A. B. (org.). *Turismo e desenvolvimento local*. São Paulo: Hucitec, 1997.

Martinez, J. O. Modelo de Promoción de Ecoturismo y Educación Ambiental en Parques Metropolitanos. Caso: Parque Metropolitano de San Cristóbal. UNEFM. Santa Ana de Coro. Venezuela, 2000.

SILVA, L. P. Metanarrativas e jogos de linguagem: Lyotard e a crítica à modernidade. In: Caderno de resumos & Anais do 6º. Seminário Brasileiro de História da Historiografia – O giro-linguístico e a historiografia: balanço e perspectivas. Ouro Preto: EdUFOP, 2012. ISBN: 978-85-288-0286-3.

SILVA, R. E.; CARVALHO, K. D. Turismo étnico em comunidades quilombolas: perspectiva para o etnodesenvolvimento em Filipa (Maranhão, Brasil). In: Turismo & Sociedade, v. 3, n. 2, p. 203-219, Curitiba, outubro de 2010.

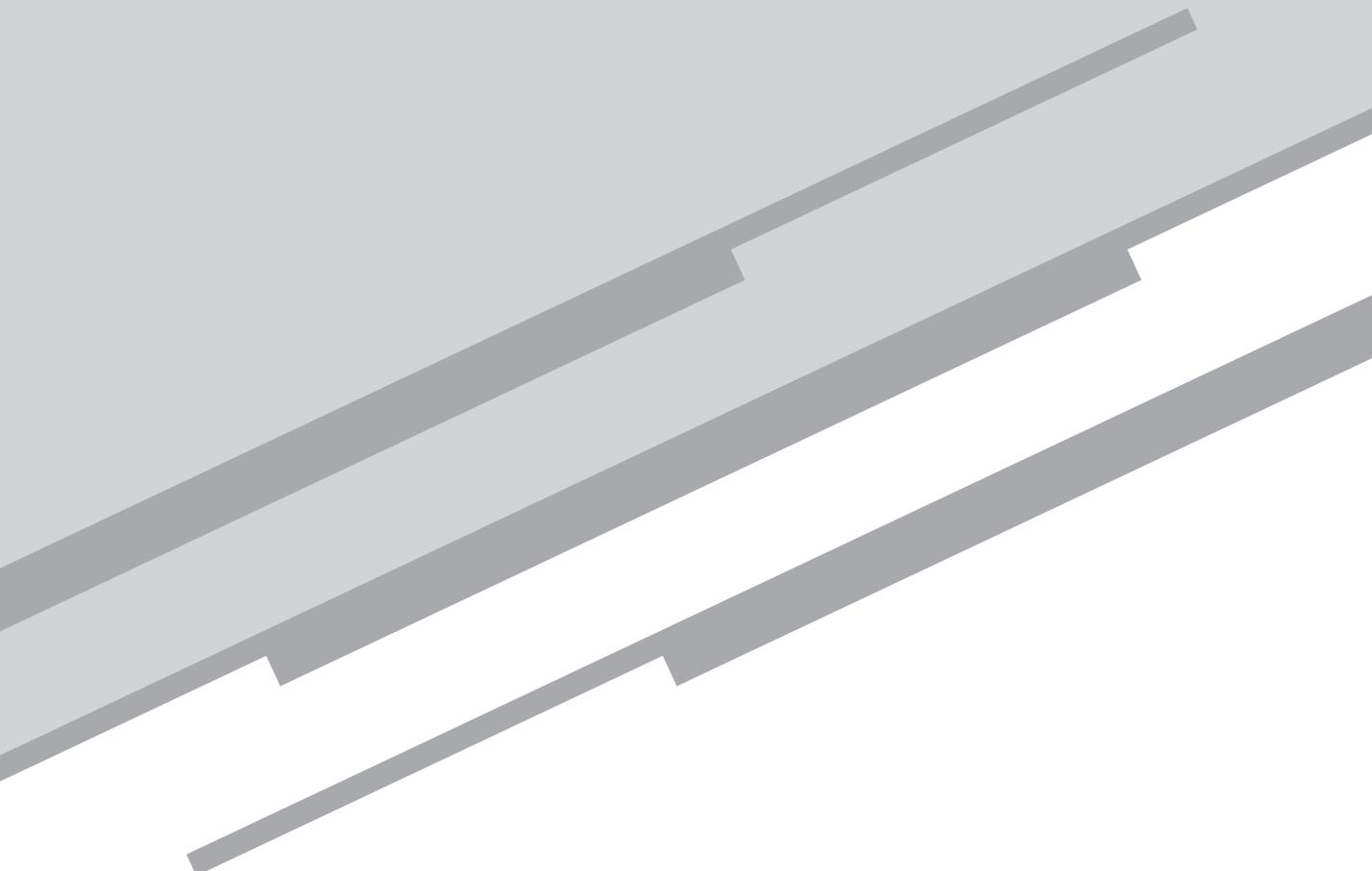
VILLASMIL, A. L. M. Plan de Conservación con fines ecoturísticos para el Monumento Natural “Teta de Niquitao”. UNEFM, Santa Ana de Coro, Venezuela: 1998.

ZERPA, M. Diseño de un modelo de refugio turístico integral de montaña como apoyo al desarrollo del ecoturismo aplicado en la población de Urachiche, Estado Yaracuy. Maestría en Planificación Turística – Universidad Nacional Experimental Francisco de Miranda, Santa Ana de Coro – Falcón, 1999.

ZEVALLLOS, A. C. O. D. Los yagua en el contexto del turismo étnico: la construcción de la cultura para el consumo en el caso de Nuevo Perú. In: Anthropologica, año XXVI, n. 26, diciembre de 2008, p. 113-142.

Aula 4

Turismo de base comunitária



Meta da aula

Apresentar o turismo de base comunitária como proposta de segmentação turística, na qual as comunidades são inseridas em um novo modelo de desenvolvimento sustentável, tendo como exemplo o caso em uma comunidade quilombola.

Objetivos

Esperamos que, ao fim desta aula, você seja capaz de:

1. identificar como o turismo de base comunitária se inseriu no contexto brasileiro, fomentando o turismo étnico em comunidades quilombolas;
2. apresentar impactos que acontecem nessas comunidades e desafios para alcançar a sustentabilidade local.

Introdução

Grandes empreendimentos turísticos raras vezes são efetivamente comprometidos com a diminuição dos impactos negativos que afetam a comunidade local e o meio ambiente. A comunidade receptora é, em geral, pouco qualificada e não consegue ser absorvida pelo **trade turístico**. O fluxo turístico desordenado descaracteriza a cultura e padroniza a experiência, o que dificulta a interação, deixando a população local como coadjuvante.

A preocupação com as gerações futuras e com o meio ambiente favoreceu a proposição de um novo modelo de atividade turística que tem como premissa o desenvolvimento sustentável, que se reverte em benefícios para o meio ambiente e a comunidade local.

Com esse objetivo, a Organização Mundial do Turismo (OMT) propõe as seguintes diretrizes: garantir a otimização do uso dos recursos ambientais, respeitar a autenticidade das comunidades receptoras, atuar pela conservação do patrimônio e das culturas tradicionais e assegurar que a atividade econômica gere benefícios socioeconômicos que contribuam para a redução da pobreza.

Daí a proposta do turismo de base comunitária (TBC), que se caracteriza pela participação da população no processo de desenvolvimento da atividade turística, contribuindo para a redução das desigualdades sociais e para o aumento da qualidade de vida nas comunidades receptoras.

No TBC, a população local participa da proposição e da gestão da atividade turística. As comunidades receptoras têm como diferencial sua história e o modo de vida tradicional e convidam o turista a visitar o território e a aprender sobre seus saberes e tradições, além de oferecer maior interação com sua cultura. No Brasil, o TBC representa uma oportunidade para o desenvolvimento sustentável, pois, devido à nossa grande diversidade cultural, as comunidades podem apresentar suas especificidades ao país e ao mundo.

Trade turístico

Conjunto das atividades ligadas direta ou indiretamente à estrutura de uma localidade turística, tais como hotelaria, gastronomia, transportes, centros de convenções, lojas de *souvenirs* etc.

Apresentando o turismo de base comunitária



Thaís Rosa Pinheiro

Figura 4.1: Visita guiada por guias locais no Quilombo do Campinho da Independência, Paraty.

O turismo é um dos segmentos da economia que mais cresce no Brasil e no mundo, sendo relevante para geração de divisas, trabalho, emprego e renda. Entretanto, trata-se de um fenômeno que se desenvolve coordenado pelo mercado e por interesses de grandes capitais nacionais e internacionais, sem considerar, de maneira apropriada, os demais atores sociais envolvidos no processo de organização da atividade turística (BARRETO, 2000).

O modelo predatório de crescimento do turismo, que valoriza apenas aspectos econômicos em detrimento da preservação do local e de seus receptores, esgota os recursos naturais, colocando em risco as comunidades locais. Para Krippendorf (2011), poucos chamam a atenção para eventuais repercussões negativas do turismo, apenas se preocupam com rendimentos, trabalho e melhoria da qualidade de vida. Segundo Irving (2006), as comunidades receptoras não se beneficiam do crescimento do turismo mundial, pois poucos benefícios são efetivamente comprometidos com o desenvolvimento local.

Esse fator favoreceu a formulação de propostas, conceitos e maneiras alternativas de se pensar o turismo que incluem também o núcleo receptor e seus respectivos atores.

O turismo de base comunitária ou turismo comunitário se consoli-

dou no Brasil no final da década de 1990, quando estudos começaram a ser discutidos nas primeiras edições do Encontro Nacional de Turismo com Base Local (ENTBL) em 1997, que veio a se tornar um importante fórum de discussão sobre o assunto.

A falta de consenso no campo conceitual do turismo comunitário, segundo o Ministério do Turismo- MTur (BRASIL, 2010), resulta da heterogeneidade das experiências, da origem do território e da perspectiva política da Organização Não Governamental (ONG) responsável por organizar e viabilizar a experiência. Segundo Bartholo (2011), apesar do crescimento significativo de atividades turísticas em diferentes comunidades, no meio acadêmico não há uma definição única amplamente aceita que defina o turismo de base comunitária, ainda que demonstrem similaridades de princípios antropológicos, sociológicos, econômicos, políticos, históricos, psicológicos e ambientais.

Para Coriolano (2008), a resistência ao modelo dominante de apropriação do local receptor para o turismo globalizado busca adaptar formas e condições dos atores sociais se inserirem no mercado e terem ganhos para sua sobrevivência.

Os estudos de turismo de base comunitária mostram que este tipo de atividade econômica contribui para a redução da pobreza, gerando benefícios diretos para as comunidades receptoras. Para Sansolo e Bursztyl (2009), o Turismo de Base Comunitária possui aspectos que são componentes sustentadores, como a conservação ambiental, a valorização da identidade cultural e a geração de benefícios diretos para as comunidades receptoras.

Segundo Bartholo (2009), o Turismo de Base Comunitária (TBC), pode representar uma oportunidade para o desenvolvimento do turismo no Brasil, pois as comunidades, através de suas especificidades, podem apresentar ao mundo e ao país uma diversidade conhecida por poucos, ajudando a aliar conservação ambiental e valorização cultural. Para o autor, o turismo comunitário não representa apenas mais um segmento do mercado, e sim a possibilidade de um novo paradigma para o turismo. Desta forma, o processo de planejamento da atividade turística deve considerar a democratização de oportunidades e benefícios, além da configuração de um novo modelo de implementação de projetos centrados em parceria, corresponsabilidade e participação (IRVING, 2006).

A criação do Ministério do Turismo em 2003 representou uma mudança nas políticas públicas, que passaram a reconhecer a atividade

como uma das indutoras do desenvolvimento local. A política de turismo deixou de lado sua característica centralizadora e procurou introduzir uma metodologia de planejamento que incluía questões relacionadas à participação e à inclusão social. Através do Plano Nacional de Turismo (PNT) de 2007-2010, foi desenvolvida uma proposta de descentralização da gestão turística e de participação e inclusão social, caminhando para o reconhecimento do turismo como fenômeno mais abrangente, como uma atividade que pode revitalizar a identidade local e complementar a renda de comunidades.

Essas diretrizes culminaram na formulação de um Edital de Chamada Pública de Projetos de Turismo de Base Comunitária aberto para todo o país, no qual os contemplados receberiam recursos que variavam de R\$ 100 mil a R\$ 150 mil para sua execução. Este edital representou um grande avanço, por parte da política nacional de turismo, para o reconhecimento e o fortalecimento de iniciativas que antes eram marginalizadas pelas políticas públicas. O lançamento pelo Ministério do Turismo, em 2008, do edital voltado especificamente para o turismo comunitário reflete ações do poder público federal no apoio a um modelo sustentável de turismo.

O TBC é uma proposta de desenvolvimento sustentável que, por lidar com singularidades étnicas e áreas ambientalmente preservadas, guarda elementos de outros segmentos turísticos, como o ecoturismo e o turismo étnico. Segundo Bursztyn et al. (2009), “o turismo de base comunitária é contrário ao turismo de massa, requerendo menor densidade de infraestrutura e serviços, buscando valorizar uma vinculação situada nos ambientes naturais e na cultura local de cada lugar” (p. 86).

O turismo comunitário estabelece uma relação dialogal entre visitantes e visitados. “Nesse modelo relacional, nem os anfitriões são submissos aos turistas, nem os turistas fazem dos hospedeiros meros objetos de instrumentalização consumista (BURSZTYN et al., 2009, p. 86).

Um importante documento foi elaborado pela SNV Netherlands Development Organization, em 2009, no qual foi apresentado o perfil do turista de base comunitária. Os principais aspectos deste podem ser observados no **Quadro 4.1**, a seguir:

Quadro 4.1: Perfil do turista de TBC

Aspectos-chave	Perfil do turista
Motivação	<ul style="list-style-type: none"> • forte desejo por “autenticidade”; • trocas culturais diretas; • sentimento nostálgico com relação à simplicidade e ao modo de vida rural; • vontade de ajudar comunidades pobres
Grupo social	<ul style="list-style-type: none"> • vem de todos os grupos sociais; • entre 30 e 50 anos de idade com alto poder aquisitivo; • elevado nível de escolaridade; • mochileiros e jovens viajantes com orçamento reduzido também consomem o TBC, uma vez que os custos tendem a ser mais baratos.
Atividades de interesse	<ul style="list-style-type: none"> • visitam lugares de grande interesse histórico e arqueológico, como, por exemplo, os patrimônios da UNESCO; • participam das manifestações culturais locais; • participam de atividades criativas, como, por exemplo, aprender cerâmica, pintura, tecelagem, culinária; • aprendem a língua e a cultura local.

Fonte: Adaptado de Burstzyn, 2012, p. 35.

O documento refere-se ao crescente movimento mundial do turismo responsável e alguns turistas engajados utilizam seu tempo de lazer para participar ativamente de ações de cunho social e ambiental. Seguindo a tendência rumo à autenticidade e maior interação, muitos viajantes buscam uma imersão na língua, nos costumes, no artesanato, na culinária e em outros aspectos culturais da região visitada (BURSTZYN, 2012).

Atividade 1

Atende ao Objetivo 1

O Ministério do Turismo e o Laboratório de Tecnologia e Desenvolvimento Social da Coppe/UFRJ, visando o aprimoramento dos instrumentos públicos de turismo de base comunitária no Brasil, lançou o livro *Turismo de base comunitária: diversidades de olhares e experiências brasileiras*, cujo download pode ser feito no link http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/TURISMO_DE_BASE_COMUNITxRIA.pdf. Com base no assunto abordado anteriormente, disserte sobre a importância do TBC no Brasil.

ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles (MOURA, 1983, p.16).”

As comunidades quilombolas se fixavam em locais de difícil acesso. Segundo Brandão, Dalt e Gouveia, (2010, p.12), “procuravam uma defesa preventiva de possíveis recapturas, de expulsão ou de tomadas de suas terras”. Por esse motivo, eram escolhidas áreas de florestas, longe dos leitos dos rios, com outros ecossistemas, desde que distantes e isolados.

A ideia corrente sobre os quilombos os relaciona a ações de fuga e resistência por parte dos cativos. Entretanto, algumas comunidades se formaram por meio de doações de terras, tendo em vista a desagregação da lavoura de monocultura, ou pela compra de terras pelos próprios escravos, após a desestruturação do sistema escravista, ou, ainda, por conquistas de terra, em retribuição ao serviço daqueles que lutaram em tropas oficiais (MALCHER, 2009). Existia, também, a doação de terras para santos, segundo Almeida (2000) apud Malcher (2009). As chamadas “terras de preto” eram oferecidas em troca de serviços religiosos prestados aos senhores de escravos por sacerdotes de cultos afroreligiosos.

A Constituição Federal de 1988 é um marco que reconhece juridicamente o direito ao território quilombola. Após séculos ignorados pelo Estado, a questão quilombola torna-se cenário público de discussão nacional. O artigo 68 do Ato das Disposições Transitórias (ADCT) reconhece aos remanescentes de quilombos a propriedade definitiva das terras por eles tradicionalmente ocupadas. Dessa forma, uma nova categoria social emerge a partir do artigo 68, a de “remanescente quilombola”.

De acordo com Arruti (2006, p. 26) a comunidade quilombola representa uma força social relevante no meio rural brasileiro, dando nova tradução àquilo que era conhecido como comunidades negras rurais e terras de preto. Esta nova categoria social também começa a penetrar no meio urbano, dando nova tradução a diversas situações que vão desde antigas comunidades negras rurais atingidas pela expansão dos perímetros urbanos até bairros no entorno de terreiros de candomblé.

A partir da Constituição, o que tinha um sentido histórico passa a ter novos significados. O conceito jurídico formal atual de quilombo presente no Decreto 4.887/03 considera “remanescentes quilombolas” os grupos étnico-raciais, segundo critério de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida. É a própria comunidade que se autorre-

conhece “remanescente de quilombo”, através do amparo legal dado pela Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho, cujas determinações foram incorporadas à legislação brasileira pelo Decreto Legislativo 143/2002.

Segundo Arruti (2006, p. 39), os remanescentes de quilombos não têm, na maioria das vezes, relação com aquilo que a historiografia reconhece como quilombos (grupo de escravos fugidos). Mas essa autoatribuição é atualmente tão efetiva que se tornou impossível não considerá-la um fato relevante, além de socialmente produtivo.

Para o mesmo autor (2006, p. 39), as comunidades quilombolas constituem grupos mobilizados em torno de um objetivo, em geral a conquista da terra, e definidos com base em uma designação (etnônimo) que expressa uma identidade coletiva reivindicada com base em fatores pretensamente primordiais, tais como uma origem ou ancestrais em comum, hábitos, rituais ou religiosidade compartilhados, vínculo territorial.

As comunidades quilombolas se distinguem umas das outras, pois cada uma tem sua peculiaridade, histórias e tradições, sendo a luta pela terra o caráter comum entre elas. Atualmente, a luta pela terra e a questão do reconhecimento perante a sociedade tornam-se elementos essenciais para as comunidades quilombolas.

Segundo a Comissão Pró-Índio de São Paulo, o número de terras quilombolas tituladas ainda é muito limitado. Nos últimos anos, o placar das titulações não melhorou. Hoje, apenas 196 comunidades quilombolas contam com o título de propriedade de seu território. Esse número representa 6% da totalidade estimada pelo movimento social (3 mil comunidades), indicando que a atuação governamental ainda está muito aquém do necessário. A titulação é um reconhecimento oficial. A partir dela, outras políticas de reconhecimento foram aparecendo para essas comunidades, tais como programas de salvaguarda, temas patrimoniais, dentre outros.



A organização não-governamental Comissão Pró-Índio de São Paulo foi fundada em 1978 por um grupo de antropólogos, advo-

gados, médicos, jornalistas e estudantes para defender os direitos dos povos indígenas frente às crescentes ameaças do regime ditatorial vigente naquela época.

Nos seus 30 anos de existência, tem atuado junto com índios e quilombolas para garantir seus direitos territoriais, culturais e políticos, procurando contribuir com o fortalecimento da democracia e o reconhecimento dos direitos das minorias étnicas. (Fonte: <http://www.cpisp.org.br>)

Quer saber mais? Então acesse: <http://comissaoproindio.blogspot.com.br/2013/11/governo-federal-nao-titulou-nenhuma.html>

O reconhecimento jurídico pelo Estado brasileiro de comunidades remanescentes de quilombo favoreceu a criação de políticas públicas como forma de fomento ao reconhecimento mútuo entre os quilombolas e a sociedade envolvente, dentre elas, políticas voltadas para o fomento do turismo nessas comunidades.

No Brasil, diversas comunidades quilombolas desenvolvem o turismo. Podemos citar como exemplo o Circuito Quilombola do Vale do Ribeira, localizado no sul de São Paulo e no norte do Paraná. Neste circuito, existem seis comunidades que estão trabalhando o turismo de base comunitária como forma de manter suas histórias, tradições e suas memórias: comunidades de André Lopes, Pedro Cubas, Ivaporanduva, Sapatu, do Mandira e São Pedro. Os turistas podem conhecer a cultura afrobrasileira participando de seu cotidiano, observando seus conhecimentos tradicionais, visitando suas belezas naturais e ouvindo as histórias de luta e resistência dessas comunidades.

Em 2010, foi realizado o I Encontro Nacional de Turismo em Comunidades Quilombolas, organizado pelo Instituto Socioambiental (ISA), Ministério da Educação, Secretaria de Políticas Públicas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), Fundação Cultural Palmares, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério do Turismo e Ministério do Meio Ambiente.

O evento teve como objetivo estimular o debate e a construção de propostas de aprimoramento do turismo sustentável, pautado na valorização e no fortalecimento das comunidades quilombolas. Foi ela-

borada uma carta aberta das comunidades quilombolas pedindo o apoio da sociedade brasileira e do governo, que resume as propostas para políticas públicas debatidas para desenvolver o turismo sustentável nessas comunidades.



Para saber mais sobre o Circuito Quilombola do Vale do Ribeira e sobre o I Encontro Nacional de Turismo em Comunidades Quilombolas, acesse:

<http://www.quilombosdoribeira.org.br/>

<http://www.palmares.gov.br/archives/4149>

Turismo de base comunitária na comunidade do Quilombo do Campinho da Independência, Paraty, Rio de Janeiro.

O Quilombo do Campinho da Independência está localizado no estado do Rio de Janeiro, no município de Paraty. Foi fundado por três ex-escravas que receberam terras como doação do antigo senhor e lá fixaram seus descendentes. Atualmente, possui cerca de 120 famílias e ocupa uma área de 287,94 ha. Reconhecida pela sua biodiversidade e beleza cênica, encontra-se na Área de Proteção Ambiental (APA) do Cairuçu.

O desenvolvimento do turismo comunitário só se torna possível através de parcerias com a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), Petrobras e outros parceiros, como o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e a Fundação Universitária de Brasília (Fubra).

O projeto de desenvolvimento sustentável do Quilombo do Campinho da Independência começou a ser executado em 2005 pela Associação de Moradores do Campinho (Amoc). Este projeto objetivava gerar renda por meio do **turismo étnico**, o que poderia impulsionar outras atividades, como o artesanato, a agricultura familiar, a valorização cultural, a defesa do meio ambiente e a gestão social.

Turismo étnico

É a “vivência de experiências autênticas em contatos diretos com os modos de vida e a identidade de grupos étnicos” (BRASIL, MTUR, 2006, p. 17).

Essa foi uma iniciativa do Governo Federal de apoiar ações comunitárias em nove comunidades quilombolas com recursos da Petrobras, além do Campinho da Independência: Quilombo de Sumidouro e de Tapuio (PI), Quilombo da Machadinho (RJ), Quilombo Ivaporonduva (SP), Quilombo do Castainho (SE), Quilombo Rio de Contas (BA), Quilombo de Oriximiná (PA), Quilombo do Mocambo (SE), Quilombo de Itamataívia (MA) e Quilombo do Campinho da Independência (RJ).

Segundo a Seppir (2008), o projeto de turismo étnico consolidou-se na comunidade por meio do envolvimento de várias famílias quilombolas. Diversas manifestações culturais que estavam esquecidas foram retomadas e são hoje valorizadas e mantidas, como o jongo, a roda de samba e a capoeira, que passaram a compor o roteiro étnico-ecológico.

A Associação de Moradores do Campinho (Amoc), fundada em 1994, foi a responsável por mobilizar a comunidade e articular parcerias que estruturaram o TBC. Seu projeto “Caiçaras, indígenas e quilombolas: construindo juntos o turismo cultural na região da Costa Verde” foi selecionado no edital do Ministério do Turismo em 2008 e tinha como objetivo estruturar e qualificar produtos e serviços turísticos por meio da valorização e do resgate dos saberes e fazeres tradicionais, bem como do desenvolvimento do TBC (MTUR, 2010). Conforme a Seppir (2008), “as manifestações das pessoas e dos grupos permaneceram espontâneas, pois estas são vivenciadas de fato, arraigadas à história da própria comunidade”.

O roteiro turístico de visitação do quilombo, estruturado a partir da memória de suas tradições e costumes, foi desenvolvido pela comunidade e é executado pelos próprios moradores.

O roteiro inicia-se com a contação de histórias feita pelos griôs (pessoas mais velhas da comunidade, detentores dos saberes), que apresentam aos visitantes a sua origem, a luta pela terra e as memórias de como viviam no passado. Posteriormente, é feita uma visita à comunidade com um guia local, durante a qual são apresentadas as plantas medicinais usadas por eles, os núcleos familiares, a casa de farinha e a **agrofloresta**.



Thais Rosa Pinheiro

Figura 4.2: Contação de história com o griô no quilombo.

Agrofloresta

Sistema de plantação que integra as culturas agrícolas e florestais.

A visita termina no centro da comunidade, onde é apresentada a escola, o centro de saúde, a igreja católica, a casa de artesanato e a associação dos moradores. A visitação é feita por meio de reserva em grupo, e o visitante pode optar por fazer oficinas de cestaria, onde se aprende a trançar a palha e a fabricar seu próprio cesto, ou aprender a dançar o jongo.



Thais Rosa Pinheiro

Figura 4.3: Oficina de cestaria.

O quilombo possui um restaurante comunitário, financiado pela Petrobras em 2007, que já foi premiado pelo *Garfo de Ouro* e reconhecido no guia *Quatro Rodas*, em 2013. Os alimentos que dão origem à culinária quilombola são plantados na agrofloresta da comunidade.



Thais Rosa Pinheiro

Figura 4.4: Vaca atolada (prato típico).

O artesanato quilombola é confeccionado com a utilização de palha, bambu, sementes e cipó, retirados do próprio local. São feitos móveis, pufes, bolsas e artigos de decoração.

Como infraestrutura de hospedagem, o quilombo possui uma pousada e um *camping* com quartos de empreendedores locais.

Hiwasaki (2006, p. 677) apud Bartholo (2011) define TBC como um conjunto de atividades que deve objetivar, primeiramente, a capacitação dos membros comunitários e a apropriação de meios de produção e de consumo. Esta ação se dará por meio do empoderamento da comunidade local e da participação ampliada desses agentes no planejamento e na gestão das atividades turísticas. O desenvolvimento da atividade turística no Quilombo do Campinho da Independência se deu graças à atuação de agentes externos de diversas instâncias e pela existência de políticas públicas do Governo Federal para comunidades quilombolas, que capacitaram a comunidade para o seu desenvolvimento.

O turismo étnico de base comunitária no quilombo contribuiu para que uma parcela de moradores pudesse trabalhar diretamente com a atividade turística, como guias locais, griôs, artesãs, empreendedores locais e no restaurante. Ele também reforçou a valorização da identidade e cultura locais através do artesanato. As artesãs se sentem mais valorizadas e orgulham-se de sua identidade, que está relacionada ao modo de utilizar cipós, palhas e bambus, passado de geração em geração.



Thais Rosa Pinheiro

Figura 4.5: Artesanato local.

O turismo fortaleceu a identidade quilombola. Através do contato com visitantes, os jovens quilombolas se sentem valorizados quando veem outros jovens do núcleo urbano aprenderem sobre a sua cultura.

O desafio para o turismo de base comunitária é se inserir em um mercado que cada vez mais valoriza iniciativas alternativas geradoras de emprego, que favoreçam a preservação do meio ambiente e da identidade local.

Desafios para a sustentabilidade do TBC no quilombo

Tendo como pesquisa o tema “Indicadores para o desenvolvimento sustentável do turismo de base comunitária: um estudo de caso da comunidade do Quilombo da Independência, Paraty, Rio de Janeiro”, Pinheiro (2013) propõe um conjunto de indicadores de sustentabilidade para o monitoramento da atividade turística no quilombo.

A partir de pesquisa em campo, a autora propõe o uso de indicadores de qualidade de vida e preservação ambiental com base na abordagem apresentada pelos Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (IDS) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), aliado ao estudo de Fabrino, Costa e Nascimento (2012).

O uso de indicadores constitui-se um instrumento essencial para o planejamento e para a gestão da atividade turística, pois direciona ações e mitiga impactos negativos nos destinos receptores, além de fomentar a eficiência das iniciativas locais e das políticas públicas.

A pesquisa em campo identificou uma série de desafios para se alcançar o turismo sustentável no quilombo, suscitando a geração de dados que caracterizassem e demonstrassem a realidade do território e da comunidade.

Assim, foram propostos 11 indicadores do IBGE para o Campinho da Independência, abrangendo as dimensões da sustentabilidade: ambiental, social, econômica e político-institucional. Eles mensuram a qualidade ambiental, a qualidade de vida, o desempenho econômico e a governança para o desenvolvimento sustentável, tais como a avaliação da empregabilidade no turismo no local, cursos de capacitação para a comunidade local e nível educacional.



Thais Rosa Pinheiro

Figura 4.6: Loja de artesanato.

Os indicadores são ferramentas importantes para monitorar e alterar as políticas públicas. Utilizados acordo com as necessidades e prioridades locais, contribuem para avaliar a sustentabilidade do turismo no local em relação a efeitos na comunidade, benefícios econômicos, tratamento de esgoto, etc.

O turismo de base comunitária ajudou a valorizar e a promover os bens materiais e imateriais dessa cultura. Entretanto, o quilombo ainda enfrenta problemas. A pesquisa em campo mostrou que, embora a atividade turística tenha sido planejada e executada a partir da participação comunitária, a população não estava inteiramente envolvida, havendo maior engajamento entre os jovens. A mobilização atingia a camada mais educada da população. Para uma gestão participativa efetiva, portanto, é necessário rever as políticas educacionais, a fim de capacitar e incluir outras camadas.

Outro ponto negativo a ressaltar é a falta de coleta de lixo, que impacta o patrimônio ambiental do quilombo, um de seus principais ativos turísticos. As reduzidas oportunidades de trabalho provocam o subemprego em um condomínio de luxo próximo à comunidade e o êxodo.

Resposta comentada

Conforme apresentado em Aula, o caso do Quilombo do Campinho da Independência é um exemplo de turismo de base comunitária que apresenta impactos positivos e negativos.

Podemos citar como aspectos positivos: o desenvolvimento da atividade turística no local, com a participação da comunidade, que passou a trabalhar dentro da comunidade como guias locais, artesãs, oficineiras, no restaurante, com apresentação de jongo etc. Além disso, o TBC contribuiu para a capacitação da mão de obra local, para o resgate das manifestações culturais, para a valorização da cultura e da identidade local.

Como aspectos negativos: o nível educacional ainda é um problema na comunidade, o que acaba contribuindo para o êxodo rural, pois as pessoas vão procurar emprego e qualificação fora da comunidade. Além disso, a falta de coleta de lixo impacta o patrimônio ambiental do quilombo.

Conclusão

Apresentamos o turismo de base comunitária como uma iniciativa que potencializa os aspectos positivos do turismo, contribuindo para a geração de renda, empoderamento da comunidade local e valorização da cultura quilombola.

O turismo étnico pode funcionar como ferramenta de reconstrução cultural e afirmação de identidade, pois favorece a visibilidade de comunidades quilombolas e contribui para a valorização cultural de comunidades antes discriminadas, trazendo à tona sua história e memória.

O exemplo do Quilombo do Campinho da Independência, por meio de políticas públicas específicas, mostrou ser possível desenvolver o seu próprio projeto de turismo étnico e, posteriormente, a propos-

ta do turismo de base comunitária, que busca o empoderamento das pessoas da própria comunidade no exercício da atividade, buscando a sustentabilidade local.

As experiências de turismo de base comunitária são em parte bem-sucedidas, porém não são todas as pessoas da comunidade que são efetivamente comprometidas e que trabalham com o turismo. A parcela que está inserida se sente satisfeita, pois agora trabalha para a melhoria da comunidade e tem mais tempo para ficar com suas famílias. No entanto, há outra parcela que não consegue se inserir na atividade turística, o que gera conflitos que são um desafio para a autossustentabilidade local.

Resumo

O turismo é um dos setores da economia que mais se expandem no Brasil e no mundo, detendo um enorme potencial de geração de emprego e renda. Entretanto, quando não planejado, cresce orientado apenas por interesses econômicos, sem considerar de maneira apropriada as comunidades que recebem os visitantes. Grandes empreendimentos turísticos raras vezes são efetivamente comprometidos com a diminuição dos impactos negativos que afetam a comunidade local e o meio ambiente. A comunidade receptora é, em geral, pouco qualificada e não consegue ser absorvida pelo trade. O fluxo turístico desordenado descaracteriza a cultura e padroniza a experiência, o que dificulta a interação, deixando a população local como coadjuvante. A preocupação com as gerações futuras e com o meio ambiente favoreceu a proposição de um novo modelo de atividade turística que tem como premissa o desenvolvimento sustentável e se reverte em benefícios para o meio ambiente e para a comunidade local. Daí a proposta do turismo de base comunitária (TBC), que se caracteriza pela participação da população no processo de desenvolvimento da atividade turística, contribuindo para a redução das desigualdades sociais e para o aumento da qualidade de vida nas comunidades receptoras.

A criação do Ministério do Turismo, em 2003, representou uma mudança nas políticas públicas, que passaram a reconhecer a atividade como um dos indutores do desenvolvimento nacional. A política de turismo no Brasil deixou de lado sua característica centralizadora, buscando introduzir uma metodologia de planejamento que incluía questões relacionadas à participação e à inclusão social. Foi lançado um edital, em

2008, pelo Ministério do Turismo, aberto para todo o país, voltado para o turismo de base comunitária, que contemplou diversas iniciativas.

Durante a aula, foi apresentada como estudo de caso a comunidade do Quilombo do Campinho da Independência, localizado em Paraty, Rio de Janeiro, que foi contemplada pelo edital e desenvolveu o turismo de base comunitária em sua localidade.

A comunidade foi estruturada para receber turistas por meio de financiamentos de políticas públicas voltadas para a infraestrutura, para o resgate das manifestações culturais e para a capacitação da comunidade local.

A partir do estudo da autora sobre o desafio da sustentabilidade do TBC, foram propostos indicadores de sustentabilidade para avaliar o turismo no quilombo, onde foram apresentados impactos positivos e negativos da atividade no local.

Atualmente, o turismo de base comunitária possibilita a relação direta com o outro e com o diverso, tendo como modelo de desenvolvimento a gestão local da atividade e a manutenção dos patrimônios históricos, culturais e naturais dos destinos.

Referências bibliográficas

ARRUTI, J. M. *Mocambo: antropologia e história do processo deformação quilombola*. Bauru: Edusc, 2006.

BANDUCCI JR., A. (org.). *Turismo e identidade local: uma visão antropológica*. Campinas: Papirus, 2003.

BARRETTO, M. Relações entre visitantes e visitados: um retrospecto dos estudos socioantropológicos. In: *Revista Turismo em Análise*, vol. 15, n. 2, 2003, p. 133-149. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rta/article/viewFile/62663/65458>>. Acesso em: 31/01/2018.

BARTHOLO, R. *Utilização de sustentabilidade na análise de destinos turísticos*, 2009. Disponível em: <http://www.ivt-rj.net/ivt/edt/upl/relatorio_geral_cnpq.pdf>. Acesso em 08/08/2012.

BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (org.). *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

BRANDÃO, A.; DALT, S.; GOUVEIA, V. H.. *Comunidades quilombolas no Brasil: características socioeconômicas, processos de etnogenese e políticas sociais*. Niterói: EdUFF, 2010.

BRASIL, Ministério do Turismo. *Segmentação do turismo: marcos conceituais*. Brasília: Ministério do Turismo (MTUR), 2006. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Marcos_Conceituais.pdf>. Acesso em 31/01/2018.

_____. *Turismo de base comunitária* (cartilha). Ministério do Turismo, Governo Federal e Instituto Casa Brasil de Cultura, 2009.

BRASIL. *Decreto n 4.887*, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4887.htm>. Acesso em: 1º/02/2018.

CHELOTTI, M. C. Reterritorialização e identidade territorial. In: *Sociedade & Natureza*, vol. 22, n. 1, p.165-180, Uberlândia, abr. 2010. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/sociedadennatureza/article/download/9637/5789>>. Acesso em: 1º/02/2018.

FABRINO, N. H.; COSTA, H. A., NASCIMENTO, E. P. Turismo de base comunitária: elementos chaves para aferir seu desempenho na perspectiva da sustentabilidade. In: *Revista Brasileira de Ecoturismo*, v. 5, n. 3, p. 546-559, São Paulo, set.-dez. 2012.

FIGUEIREDO, A. V. *O caminho quilombola: sociologia jurídica do reconhecimento étnico*. Curitiba: Appris, 2011.

GUSMAO, N. M. M. *Terra de pretos; terra de mulheres: terra, mulher e raça num bairro rural negro*. Brasília: MINC/Fundação Cultural Palmares, 1995.

HONNETH, A. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. Trad. de Luiz Repa. São Paulo: Ed. 34, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (IDS) – Brasil 2012*. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/recursosnaturais/ids/default_2012.shtm>. Acesso em: 1º/02/2018.

IRVING, M. A.; MENDONÇA, T. C. M. Realidades e desafios na construção de projetos turísticos de base comunitária. In: TREVISAN, S. D. P. *Comunidades sustentáveis: a partir do turismo com base local*. Ilhéus: Editus, 2006, p. 86-101.

KRIPPENDORF, J. *Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer das viagens*. São Paulo: Aleph, 2001.

MALCHER, M. A. F. *Identidade quilombola e território*. Trabalho apresentado no III Fórum Mundial de Teologia e Libertação, 2009. Disponível em: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiacultural/120.pdf>>. Acesso em: 1º/02/2018.

MONTENEGRO, A. T. *História oral e memória: a cultura popular revisitada*. São Paulo: Contexto, 2001.

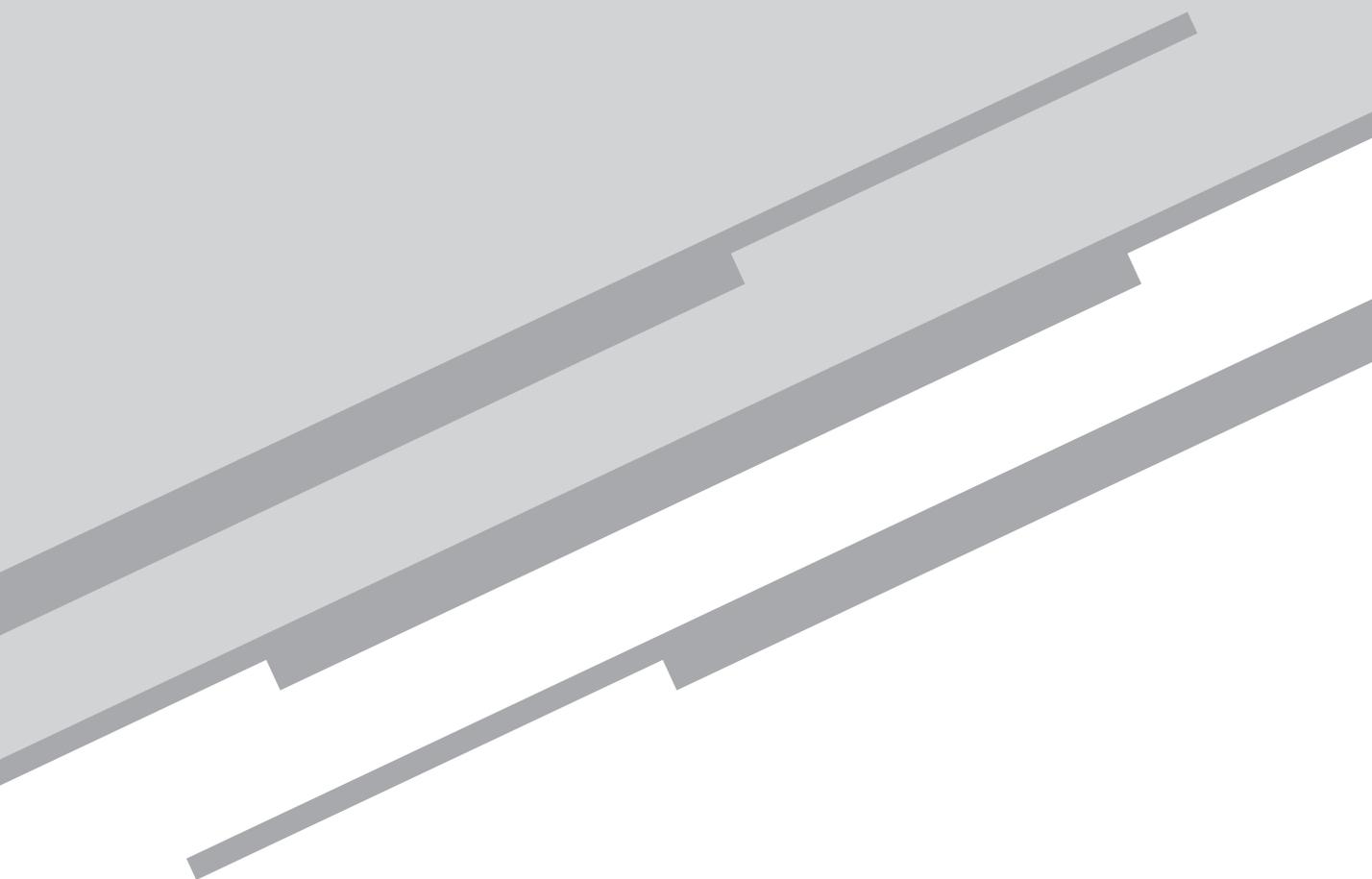
PINHEIRO, T. R. *Indicadores para o desenvolvimento sustentável do turismo de base comunitária: um estudo de caso da comunidade do Quilombo do Campinho da Independência, Paraty, Rio de Janeiro*. Monografia apresentada no curso de especialização *lato sensu* em Análise Ambiental e Gestão do Território, Escola Nacional de Ciências Estatísticas – ENCE, 2013.

PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DO MUNICÍPIO DE PARATY, vol. I. Paraty, 2003.

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA SEPPIR/PR. Campinho da Independência, em Paraty (RJ), registra avanços com o projeto Desenvolvimento Integrado e Sustentável de Comunidades Remanescentes de Quilombolas. In: MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS, *Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR)*, 13 jun. 2008. Disponível em: <http://www.seppir.gov.br/portal-antigo/noticias/ultimas_noticias/2008/06/avancos_campinhoin-dp>. Acesso em: 1º/02/2018.

Aula 5

Planos de ação para o turismo étnico



Meta

Propor planos de ação para o desenvolvimento do turismo étnico, considerando o manejo adequado dos recursos naturais e culturais nos quais estão inseridos os grupos étnicos.

Objetivo

Esperamos que, após o estudo do conteúdo desta aula, você seja capaz de:

1. Definir as prioridades na elaboração dos planos de ação para o turismo étnico.

Introdução

Os planos de ação étnico-turística constituem uma proposta para que a referida comunidade possa planejar todo o processo de organização e execução do turismo étnico para turistas e visitantes. Por essa razão, é importante assinalar que todos os planos têm como finalidade garantir uma prestação de serviços turísticos, hoteleiros e gastronômicos eficaz e eficiente, possibilitando o bem-estar do turista. O fato de a comunidade estar sensibilizada para desenvolver um trabalho através de parcerias com algumas instituições públicas e privadas que atuam na área de turismo e hospitalidade contribui para um desenvolvimento turístico com bases na legislação sobre os territórios indígenas, turismo e áreas de proteção ambiental.

Possivelmente, esta seja uma forma de minimizar os impactos gerados pela atividade turística massiva e pela falta de conhecimentos sobre a importância da conservação, preservação e valorização dos recursos culturais, bem como contribuir com os turistas no que tange à questão comportamental em meio aos grupos étnicos, onde é fundamental o respeito à vida tradicional e aos valores das população indígenas.

Plano de atividades culturais

No processo de planejamento do turismo étnico, é importante considerar as ações que envolvem as manifestações culturais dos grupos étnicos, principalmente pelo fato de que elas representam as expressões mais ressaltantes de um povo, ainda que retratem momentos difíceis ou de êxitos na sua história, fortalecidas pelo respeito à sabedoria dos antigos e passadas de geração a geração.

Quadro n.º 01 - Plano de atividades culturais



Wilson Dias/ABr

Figura 5.1: A dança representa um dos ícones mais importantes na cultura indígena, utilizada na grande maioria das vezes para rituais religiosos onde se cultuam os espíritos dos ancestrais.

Fonte: [http://commons.wikimedia.org/wiki/File:%C3%8Dndios_baianos_a_espera_da_decis%C3%A3o_judicial_sobre_disputa_de_terras_em_2008_\(2\).jpg](http://commons.wikimedia.org/wiki/File:%C3%8Dndios_baianos_a_espera_da_decis%C3%A3o_judicial_sobre_disputa_de_terras_em_2008_(2).jpg)

Objetivo

Resgatar as manifestações culturais como alternativa para valorizar as crenças e lendas, os rituais, as danças e a história dos grupos étnicos.

Ação

1. Pesquisar as origens das primeiras etnias indígenas na comunidade.
2. Inventariar as manifestações culturais expressas pelos grupos étnicos.
3. Aproveitar os sítios arqueológicos como instrumentos pedagógicos para facilitar a aprendizagem dos jovens sobre a história do povo na região.

(Fonte: Souza, 2014)

Plano de Pessoal Qualificado

Para o desenvolvimento da ação, é de fundamental importância:

- a capacitação,
- a qualificação,
- o treinamento,
- a seleção de pessoal que trabalhará em todos os empreendimentos etnoturísticos, incluindo aqueles que correspondem às áreas hoteleira e gastronômica.

É importante ressaltar que os grupos étnicos estarão trabalhando com o turismo étnico. Para isso, é importante que os profissionais compreendam os conceitos, filosofias, princípios que integram o trabalho, particularmente o que diz respeito ao consumo turístico da cultura, uma vez que é importante ficar atento aos impactos negativos relacionados a esse item especificamente.

Para que o plano de pessoal qualificado tenha sucesso, é necessário envolver os organismos que trabalham com profissionais capacitados e com programas de capacitação a médio e longo prazo, que tenha como finalidade preparar os grupos étnicos para o turismo étnico.

Quadro n.º 02 - Plano de pessoal qualificado



Ned Horton

Figura 5.2: Qualificar os integrantes da comunidade que pretende desenvolver o turismo étnico deve ser prioridade no planejamento da ação, uma vez que a satisfação dos turistas e visitantes depende de uma prestação de serviços eficaz e eficiente.

Fonte: <http://www.freeimages.com/photo/899959>

Objetivo

Qualificar, capacitar e treinar pessoas com a finalidade de prepará-las para um bom atendimento e uma prestação de serviços com qualidade.

Ação

1. Elaborar e implementar cursos de formação de guias, intérpretes da natureza e da cultura, informadores turísticos especializados,
2. Implementar programas de educação para a cultura das população tradicionais e capacitação sobre manejo de área protegida,
3. Qualificar os grupos étnicos para prestação de serviços turísticos, hoteleiros e gastronômicos, incluindo camareira, cozinheiro especializado, recepcionista de hotel, garçom, mensageiro.

(Fonte: Souza, 2014)

Atividade 1

Atende ao Objetivo 1

Leia a reportagem a seguir e responda.

Bahia capacita 1,4 mil profissionais do turismo étnico-afro

17 de setembro de 2010

A Secretaria de Turismo da Bahia e o Instituto Compasso assinaram, nesta sexta-feira (17), o contrato para execução de cursos de qualificação voltado para profissionais e microempresários que atuam no segmento de turismo étnico-afro. A iniciativa conta com investimentos de R\$ 1,2 milhão e beneficia 1,4 mil pessoas em Salvador, Santo Amaro, Cachoeira, Maragogipe e São Francisco do Conde.

Durante o evento, realizado na sede da Setur, o Secretário de Turismo do Estado, Antonio Carlos Tramm, destacou os investimentos feitos pelo governo baiano em capacitação profissional,

cuja soma chegou à marca de R\$ 17 milhões nos últimos quatro anos. “É preciso entender que o turismo é lazer para o visitante; para nós, o setor representa emprego e renda”, disse.

Tramm lembrou ainda que outras ações estão sendo implementadas para o desenvolvimento do turismo étnico-afro. “Lançamos um livro para promover os nossos roteiros, conseguimos viabilizar um voo direto para os Estados Unidos e estamos fazendo um mapeamento para identificar os praticantes de capoeira no Brasil e no exterior”, explica.

A pedagoga e coordenadora dos cursos que serão ministrados pelo Instituto Compasso, Valdiria Lopes, afirmou que o diferencial deste modelo de qualificação é trabalhar a identidade e a cultura afrodescendentes junto aos profissionais e microempresários beneficiados. “Um destino turístico se torna atraente quando define a sua vocação, e a Bahia tem feito isso”, disse.

A Superintendente de Serviços Turísticos da Setur, Cássia Magalhães, destaca que há um trabalho de mapeamento dos terreiros de candomblé e comunidades quilombolas situados nos municípios turísticos da Bahia. “A ideia é conscientizar visitantes e receptores no que se refere à importância cultural e histórica do povo afrodescendente, sobretudo para que sejam respeitados os costumes e características desses locais, que têm sido cada vez mais procurados, sobretudo pelos estrangeiros”, explica.

O presidente do Conselho Baiano de Turismo, Silvio Pessoa, destacou a importância da qualificação profissional, principalmente por conta da realização de grandes eventos, como a Copa do Mundo de 2014 e o torneio de futebol das Olimpíadas de 2016. “Estamos fazendo a nossa parte, pois os principais hotéis de Salvador e do entorno serão reformados para atender aos padrões internacionais de qualidade, e o governo fazendo a dele, investindo em capacitação da mão de obra.

Promoção

A presidente da Bahiatursa, Emília Silva, destacou o trabalho de divulgação da Bahia, sobretudo com ação nos Estados Unidos, e disse que o Estado vai intensificar as promoções do segmento étnico-afro nos países da Europa. “Também temos roteiros integrados com outros estados, sobretudo Alagoas, que possui uma ação com o Quilombo dos Palmares”, afirmou.

Fonte: <http://www.setur.ba.gov.br/2010/09/17/bahia-capacita-14-mil-profissionais-do-turismo-etnico-afro/>

No caso dos grupos étnicos, essa infraestrutura deverá ser desenvolvida através de algumas técnicas de construção, do aproveitamento adequado dos materiais, obedecendo a critérios correspondentes à sustentabilidade.

Quadro n.º 03 - Plano de infraestrutura



Ben Bowes

Figura 5.3: Na imagem, vemos os ecoalojamentos, que são pousadas com desenho arquitetônico típico, do Parque Nacional Tayrona, Colômbia.

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Parque_Nacional_Natural_Tayrona.jpg

Objetivo

Equipar os alojamentos de acordo com cada modelo e dotar de infraestrutura ecoturística.

Acções

1. Empregar técnicas de construções locais nos moldes da cultura local;
2. Mobiliар os alojamentos em áreas de acampamento, utilizando os recursos locais;
3. Agregar programas de reciclagem, depuração de águas;

4. Permitir construções atendendo aos interesses ambientais e de conservação no que diz respeito aos produtos e materiais de construção;
5. Decorar, aproveitando os materiais e mão de obra local;
6. Prover de instalação a localidade, para reciclar desperdícios.

(Fonte: Souza, 2014)

Plano de promoção

O plano de promoção e divulgação do turismo étnico deve considerar um estudo prévio de mercado que possibilite respostas às necessidades dos turistas ou interessados em conhecer as potencialidades culturais dos grupos étnicos.

As instituições públicas do Estado são responsáveis pelo processo de divulgação e podem contar com o apoio das agências de viagem e operadoras de turismo. Neste caso, pode-se trabalhar através da propaganda e da publicidade, ou seja, implementando o *marketing* turístico do destino em que se pensa desenvolver a segmentação do turismo étnico.

Quadro n.º 04 - Plano de promoção



Luiz Baltar

Figura 5.4: Promover o destino turístico é imprescindível para que turistas e visitantes tomem conhecimento da prestação dos serviços turísticos, dos elementos da cultura local, assim como das regras e normas comportamentais dos grupos étnicos, minimizando, desta forma, os impactos culturais e ecológicos.

Fonte: <http://www.freeimages.com/photo/493500>

Objetivo

Desenvolver ação coordenada entre o setor público e o privado, para realizar a promoção nos mercados nacionais e internacionais através de tour operadoras.

Acções

1. Realizar campanhas promocionais de carácter integrado através de folhetos ilustrados onde divulgue a cultura das comunidades ou grupos;
2. Dirigir campanhas promocionais ao mercado nacional e internacional em português, espanhol e inglês;
3. Realizar investigação de mercado para identificar o produto que se pode oferecer, de acordo com a motivação dos turistas e a realidade do entorno em que os grupos étnicos estão inseridos.

(Fonte: Souza, 2014)

Plano de conservação e manutenção

O plano de conservação e manutenção do património natural e cultural das comunidades ou grupos étnicos deve ter como base, em sua aplicação, a legislação ambiental e a que corresponde aos territórios demarcados e protegidos legalmente.

Geralmente, é executado em parceria com as instituições oficiais da República Federativa do Brasil, dos Estados, Prefeituras e, em algumas regiões, com as ONGS que realmente possuam interesse em proteger o meio ambiente ou preservar e conservar as culturas locais.

Para o desenvolvimento deste plano, é importante o consenso entre todas as instituições envolvidas, evitando assim as discórdias e desencontros entre os atores, principalmente pelo fato de que todos estejam buscando seus próprios interesses.

Quadro n.º 05 - Plano de conservação e manutenção



Figura 5.6: A preservação e conservação constitui mecanismos para manter os atrativos naturais com o menor impacto possível, obedecendo à legislação ambiental e, além disso, fomentar o respeito à cultura e identidade dos grupos étnicos.

Fonte: <http://www.freeimages.com/photo/1005737>

Objetivo

Manter e conservar a área protegida, mediante políticas colocadas em prática pelos organismos públicos envolvidos.

Acções

1. Instrumentar um plano de desenvolvimento do turismo étnico com a finalidade de conservar os atrativos culturais existentes;
2. Implementar um sistema de pagamento por visitas nas comunidades, para ser destinado à conservação dos recursos naturais e culturais;
3. Elaborar um código de ética conservacionista, para familiarizar todos os envolvidos no processo de conservação dos elementos culturais;
4. Melhorar a gestão das instituições envolvidas na conservação da cultura;
5. Estabelecer regulamento de uso para realizar práticas do turismo étnico dentro dos espaços culturais dos grupos;
6. Planejar e organizar programas interpretativos para atender as motivação dos visitantes ou turistas, de acordo com as normas da comunidade;

7. Realizar inventários periódicos sobre os atrativos culturais existentes na região;
8. Planejar e construir caminhos com sinalização adequada, trazendo informação ecológico-culturais e recomendação acerca do comportamento correto em comunidades étnicas.

(Fonte: Souza, 2014)

Plano de financiamento e desenvolvimento da infraestrutura para o Turismo Étnico

Alguns grupos étnicos contam com o apoio de poucas instituições nacionais e internacionais que facilitam programas de financiamento; porém, é muito incipiente este tipo de facilidade. Existem várias possibilidades de desenvolvimento da infraestrutura com um design para o turismo étnico, a exemplo da construção de um restaurante ecológico, de cabanas tracionais como meio de hospedagem, um centro de artesanato ou um projeto de interpretação da trilha ecológica planejada com recursos da Natureza.

Uma das alternativas é buscar novos acordos que financiem as construções que se pensa realizar na comunidade, como também contemplar toda a infraestrutura que esteja de acordo com o turismo étnico. À parte disso, é importante levar em conta um orçamento financeiro que atenda o plano de conservação e manutenção da área onde estarão acontecendo as ações ecoturísticas.

Quadro n.º 06 - Plano de financiamento e desenvolvimento da infraestrutura



Marcelo Moura

Figura 5.7: O financiamento garante o desenvolvimento da infraestrutura turística, necessária na oferta de um produto turístico que possibilite comodidade e tranquilidade ao turista e visitante. Neste processo, são importantes as parcerias com instituições financeiras, organização não governamentais, etc.

Fonte: <http://www.freeimages.com/photo/353454>

Objetivo

Propor financiamento para a infraestrutura como garantia do desenvolvimento do turismo étnico.

Ações

1. Buscar financiamento através do investimento público e privado para a execução da infraestrutura;
2. Fomentar a criação de fundos financeiros para apoiar atividades de proteção de áreas naturais e culturais, gerando ação promocionais;
3. Criar incentivos para a construção de alojamento, barracão, e um centro de artesanato com mínimo impacto ambiental;
4. Propor linhas de crédito à comunidade, para compra de insumos para a produção artesanal.

(Fonte: Souza, 2014)

Planejamento do Turismo Étnico

O processo de planejamento do turismo étnico é muito complexo, pelo fato de que é importante levar em consideração uma série de aspectos-chave para o desenvolvimento das ações que tenham como finalidade sensibilizar e conscientizar os indivíduos receptores e os indivíduos turistas sobre a importância da conservação do patrimônio cultural.

Por isso, as ações deverão integrar não somente a comunidade que possui o potencial turístico, mas também a compatibilidade ecológica e cultural, a demanda interessada neste segmento turístico, assim como o envolvimento das instituições públicas e privadas e seus papéis.

Quadro n.º 07 - Planejamento do turismo étnico



Figura 5.8: O planejamento do turismo étnico deve envolver os integrantes da comunidade anfitriã, garantindo uma participação coletiva e democrática nas discussões e construções acerca das etapas que garantem o desenvolvimento turístico na localidade.

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Iyalorixas_da_Bahia-m%C3%A3e_Olga.jpeg

Objetivo

Planejar a ação do turismo étnico como alternativa para alcançar o desenvolvimento das comunidades com base nos princípios étnicos e sustentáveis.

Ações

1. Analisar a situação inicial da comunidade, determinando os problemas e potencialidades, os pré-requisitos e condições da estrutura de trabalho e seus interesses;
2. Aplicar os passos básicos para a elaboração do produto turismo étnico;
3. Envolver a comunidade no processo de planejamento das ações para o turismo étnico;
4. Realizar estudos prévios de viabilidade para elaboração de projetos;
5. Diagnosticar, através de estudos, a compatibilidade sociocultural;

6. Aplicar os objetivos determinados nas políticas públicas para o desenvolvimento do turismo étnico;
7. Implementar o turismo étnico como alternativa de desenvolvimento socio-econômico, cultural e político dos grupos étnicos.

(Fonte: Souza, 2014)

Plano de Gestão Integrada do Turismo Étnico

O Plano de Gestão Integrada do Turismo Étnico tem como finalidade permitir aos administradores alcançarem um maior controle na administração dos recursos culturais, como também da prestação de serviços das áreas de turismo, hotelaria e gastronomia.

Este plano contempla os mecanismos práticos para um controle administrativo e contábil de uma empresa de turismo, tendo ênfase nos conceitos mais importantes e as práticas acessíveis para pequenas empresas.

No plano de gestão, é interessante apresentar um conjunto de métodos e estratégias para introduzir os conceitos e processos de um projeto de turismo étnico com a finalidade de alcançar a participação comunitária na administração e operação do seu potencial natural e cultural.

Quadro n.º 08 - Plano de gestão integrada do turismo étnico



Stephen Eastop

Figura 5.9: É importante uma gestão turística com base na união das pessoas da comunidade receptora, facilitando o processo de administração e gerenciamento dos serviços prestados para turistas e visitantes.

Fonte: <http://www.freeimages.com/photo/1330423>

Objetivo

Implementar uma gestão participativa que permita a determinação dos objetivos e estratégias eficientes que possam tornar reais as plausíveis potencialidades do turismo étnico.

1. Monitorar e controlar os impactos das visitas nos atrativos turísticos naturais e culturais;
2. Implementar um trabalho com a coletividade, ressaltando a importância da solidariedade, do companheirismo, do trabalho em equipe;
3. Estimular a polivalência como estratégia para dinamizar a operacionalização do turismo étnico, evitando divisões na comunidade;
4. Melhorar a tomada de decisões importantes para o turismo étnico;
5. Adotar a responsabilidade social como política, com base nos temas sociais, participando de atividades sociais que brindem benefícios econômicos para a sociedade.

(Fonte: Souza, 2014)

Plano de Educação para o Turismo Ético

Ao longo do processo histórico do turismo, houve uma crescente degradação de várias comunidades envolvidas na atividade originada pela ação antrópica, neste caso, o turista que, através de uma conduta inadequada, contribuiu para os impactos culturais.

O processo educacional para o turismo étnico tem a contribuir no despertar para uma mudança comportamental com respeito à Natureza e a cultura dos povos. A ênfase neste segmento turístico é para que permita uma relação mais harmoniosa entre a binômio Natureza/Homem, fazendo com que o indivíduo da comunidade e o turista sintam que seu compromisso é fundamental no processo de conservação e preservação das raízes culturais dos povos.

Quadro n.º 09 - Plano de Educação para o Turismo Étnico



Antonio Cruz / Agência Brasil

Figura 5.10: É prioridade sensibilizar os grupos de turistas e visitantes para uma prática turística responsável em áreas naturais protegidas e em reservas de grupos étnicos que mantêm sua identidade cultural. O comportamento do turista, muitas vezes, é irresponsável, inadequado, e até mesmo agressivo diante da Natureza, assim como de curiosidade frente às práticas culturais da comunidade receptora; por essa razão, o plano de educação para o turismo étnico.

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Fulni-%C3%B4_fala_da_cultura_do_seu_povo.jpg

Objetivo

Oportunizar aos grupos étnicos princípios educacionais que possibilitem o desenvolvimento de uma prática responsável com relação ao patrimônio natural e cultural, conservando e preservando os elementos que integram esses ambientes.

Ação

1. Propor uma nova postura ética, com relação ao uso da cultura local, para o turismo, buscando assim não expor situação que diga respeito à conduta comportamental religiosa restrita à comunidade;

Resposta comentada

Plano Ético e Filosófico para o Turismo Étnico

Objetivo

Possibilitar, através do convívio com os grupos étnicos, a reflexão sobre a importância dos valores comportamentais diante da cultura local.

Ação

1. Observar a forma de interação no trabalho, na religiosidade, no lazer dos integrantes do grupo étnico, com objetivo de compreender os valores éticos vivenciados no cotidiano da comunidade local, para assim saber proceder no papel de turista;
2. Exercitar um comportamento de respeito junto às raízes culturais, a ancestralidade, costumes, religiosidade e valores encontrados no grupo étnico visitado.

(Fonte: Souza, 2014)



Conclusão

Os planos de ação constituem uma alternativa para contribuir com a comunidade local no que diz respeito ao planejamento, organização, desenvolvimento e execução do turismo étnico. É uma proposta que busca garantir uma prestação de serviços com eficácia e eficiência, tendo como finalidade assegurar uma participação democrática da comunidade local em todos os processos e etapas do segmento turístico.

Planejar o turismo étnico não é tão simples como podemos imaginar; é de uma complexidade grande; então, neste momento, os planos de ação são fundamentais para orientar os integrantes da comunidade a seguirem o caminho certo no momento da prestação de serviços turísticos.

São meios de socializar toda a comunidade a partir da ideia de dividir as ações com todos os integrantes do grupo étnico, minimizando as disputas, conflitos e até mesmo evitando a marginalização de outras pessoas do grupo étnico, por não entenderem da dinâmica do turismo em seu entorno.

Resumo

São vários os planos de ação propostos nesta aula, a saber:

- Atividades Culturais - constituem um plano que promove atividades relacionadas à cultura dos grupos étnicos, mais precisamente ao cotidiano cultural dos nativos, envolvendo visitantes e turistas, permitindo sensibilizá-los frente às raízes culturais e o entorno ecológico da comunidade anfitriã;
- Pessoal Qualificado - garante a qualificação dos grupos étnicos para uma prestação de serviços eficaz e eficiente, um atendimento de qualidade e a promoção do destino turístico;
- Promoção - possibilita a divulgação do destino de turismo étnico e promove as atividades turísticas;
- Conservação e Manutenção - plano que permite manter toda a comunidade receptora e seu entorno natural e cultural com o mínimo de impacto gerado pela presença humana;
- Financiamento e Desenvolvimento da Infraestrutura - fomenta o desenvolvimento turístico de forma organizada, garantindo conforto e bem-estar ao visitante ou turista através de meios de hospedagem com características típicas, trilhas ecológicas planejadas, etc.;
- Gestão Integrada - plano de extrema importância para administrar o negócio turístico, possibilitando a divisão de tarefas conforme pessoal qualificado, assim como um sistema de rotatividade de profissionais. Fundamentalmente, deve ser democrático, empático, responsável e determinante;
- Educação - traz um direcionamento para as comunidades interessadas em desenvolver o turismo étnico como alternativa sustentável de dinamizar as atividades econômicas e proporcionar bem-estar aos grupos étnicos, garantindo qualidade de vida. Por outro lado, desenvolve uma postura de compromisso e responsabilidade dos turistas/visitantes diante dos grupos étnicos.

REFERÊNCIA

SOUZA, Nadson Nei da Silva. *Planos de Ação para o Turismo Étnico*. Niterói, Rj: 2014.

Aula 6

O desenvolvimento de
diretrizes etnoturísticas para as
comunidades receptoras

Meta da aula

Desenvolver as diretrizes etnoturísticas dentro dos aspectos ecológico, econômico, social e antropológico como orientação para um planejamento do turismo étnico, a partir dos princípios da sustentabilidade.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. explicitar a contribuição das diretrizes etnoturísticas como instrumento de combate e minimização dos impactos ambientais e culturais, de acordo com o olhar da comunidade ou grupo étnico;
2. aplicar cada aspecto trabalhado como diretriz para a garantia de um planejamento ético, responsável e de valor cultural e social para o turismo étnico.

Introdução

Para que se proceda corretamente ao desenvolvimento das diretrizes etnoturísticas é importante:

1. definir bem a audiência primária e
2. identificar os temas ou aspectos chaves, considerando os aspectos ecológicos, sociais e econômicos.

Com relação ao primeiro aspecto, é necessário conhecer a demanda, uma vez que as diretrizes são distintas e variam conforme o perfil de cada audiência. O segundo item permite uma compreensão ampla da interseção dos temas, posto que eles possuem aspectos relevantes para a elaboração das diretrizes, que darão suporte para o processo de planejamento de ações etnoturísticas.

Neste caso, a audiência primária são aquelas comunidades ou grupos étnicos que vêm tentando executar algumas ações relacionadas com o turismo étnico por meio de reuniões e encontros com seus integrantes para discutir os passos necessários para a implementação do referido segmento.

Etapas importantes do processo de elaboração das diretrizes ecoturísticas

Sandoval (2001, p. 114) conceitua diretrizes etnoturísticas como:

[...] códigos de conduta ambiental desenvolvidos para o turismo e podem ser definidas como uma ferramenta de comunicação que está orientada a prevenir ou reduzir os impactos que os visitantes podem causar nas áreas naturais que estão sendo visitadas.

É importante assinalar que as diretrizes etnoturísticas constituem uma necessidade ímpar para o processo de planejamento das ações etnoturísticas para áreas protegidas e comunidades ou grupos étnicos. A ideia é que turistas e visitantes possam não somente realizar e desfrutar dos atrativos turísticos naturais e culturais oferecidos no destino, mas também mudar seu comportamento perante a natureza e a cultura local, tendo o compromisso de conservar e manter o patrimônio ecológico-cultural.

Por outro lado, a implementação dos códigos de conduta resulta em algumas respostas positivas, uma vez que de fato contribua com o processo de sensibilização de visitantes e turistas, possibilitando a interação com a comunidade local e sua integração com a natureza. Neste sentido, a percepção do homem é àquela que corresponde a de um cidadão do mundo, cuja preocupação ecológico-cultural vá além do seu bairro, cidade ou país, mas sim seja voltada para o patrimônio mundial de todos os habitantes do planeta Terra

Isso tem fomentado um debate interessante em torno da sustentabilidade dos destinos com potencial não somente para o ecoturismo, o turismo de natureza ou aventura e turismo ecológico ou rural, mas também para o turismo étnico. De certa forma, seria uma alternativa para preservar aqueles lugares que vêm sendo explorados por atividades turísticas mal planejadas, o que em pouco tempo estará comprometendo o equilíbrio natural e, conseqüentemente, as populações que precisam deste recurso para sobreviver.

As diretrizes contribuem e permitem também que as populações tradicionais possam prevenir-se quanto aos conflitos com órgãos públicos e empresários do turismo, em especial quando se trata de áreas de baixa proteção ambiental, onde se permitiu a execução e operação de atividades de turismo, porém sem um trabalho de conscientização e sensibilização dos visitantes com relação à oferta de produtos turísticos com base na natureza e na cultura local. Talvez por isso Kesteven (1987), em sua pesquisa conhecida como *Aborigines in the Tourist Industry*, constatou que os aborígenes do Parque Nacional Kakadu, consideravam os turistas

[...] um estorvo. Os “turistas” vagavam sem objetivo, se perdiam e tinham de ser resgatados; passavam perigos porque provocavam os jacarés; violavam os locais sagrados nas áreas de sepulturas; e o que era pior: as vezes roubavam relíquias ou suas atitudes eram de vandalismo nos locais sagrados. Pescavam mais que o racional, e não se poderia confiar neles quando estavam com as armas [...] Os turistas não têm nenhum compromisso com o povo de Kakadu ou com a terra.



Figura 6.1: Parque nacional de Kakadu, Austrália.

Fonte: <http://pt.freeimages.com/photo/kakadu-national-park-northern-territory-1354131>

Para Kesteven não existe um antagonismo por parte dos aborígenes com relação à invasão dos turistas nas terras de seus ancestrais, mas sim uma atitude de tolerância e tranquilidade diante de uma situação que é “inevitável”.

Como é possível verificar, depois que o destino é conhecido e torna-se concorrido pela quantidade exagerada de turistas e visitantes, fica mais difícil o controle, conseqüentemente, da degradação do patrimônio natural e cultural. Neste sentido, é um perigo que o turismo étnico se converta no turismo massivo e pode ser este o verdadeiro motivo de muitas comunidades não permitirem o desenvolvimento do turismo, ainda que seja o ecoturismo.

Talvez o desenvolvimento de diretrizes etnoturísticas não resolva os problemas de impacto nas comunidades locais, porém viria a constituir um instrumento que, à medida que for aplicado, poderá ser analisado, avaliado e melhorado, de acordo com os interesses da comunidade local, considerando especialmente sua relação com os recursos naturais.

Atividade 1

Atende ao objetivo 1

Após a leitura sobre as “Diretrizes etnoturísticas”, elabore um conceito próprio, incluindo as questões social, cultural e econômica das comunidades ou grupos étnicos.

Resposta comentada

As diretrizes etnoturísticas constituem caminhos norteadores na tentativa de realizar um planejamento exitoso do turismo étnico. A partir da minimização dos impactos nos recursos naturais e do respeito às culturas locais, busca favorecer uma operacionalização consciente deste segmento turístico, considerando as necessidades e prioridades dos povos tradicionais.

As diretrizes etnoturísticas estabelecidas para as comunidades ou grupos étnicos

Ao longo dos anos, o turismo tem crescido bastante e vem dinamizando muitas economias de diversas regiões do mundo. Entretanto, muitas atividades segmentadas impactaram o meio ambiente e as culturas locais, gerando não somente um desconforto para muitos grupos étnicos, como também marginalizando-os e segregando-os diante do fenômeno turístico universal.

Diante de tantas propostas para minimizar os impactos negativos ocasionados por um turismo cada vez mais segmentado, as diretrizes

etnoturísticas constituem um caminho que permite ao turista ou visitante trilhar uma via que diminua a ação predatória nos recursos naturais, mas também que exercite o respeito pelos elementos culturais que caracterizam vários grupos étnicos. Neste sentido, as diretrizes aqui abordadas possuem ações e resultados que se esperam alcançar a partir de sua prática, considerando quatro aspectos importantes e que se relacionam entre si, a destacar: social, ecológico, econômico e antropológico.

Obviamente que o processo de elaboração de diretrizes etnoturísticas se dinamiza e flexibiliza, pois outros aspectos podem ser considerados, entre eles o filosófico, histórico, político e até o educativo. Como estamos tratando da elaboração de diretrizes etnoturísticas e considerando o turismo étnico nesta aula, justificam-se tais aspectos, uma vez que o social traz ações que caracterizam o direito de todo ser humano, bem como o processo de interação social entre os grupos étnicos e turistas. Já o aspecto econômico propõe uma dinâmica para a aplicabilidade do turismo étnico como um valor agregado à economia tradicional da comunidade. Por outro lado, as questões antropológica e ecológica dialogam, pois possuem como base a integração do homem à natureza, como um ser vivo que faz parte deste universo natural e, por essa razão, esses aspectos são caminhos que convergem para um objetivo único que seria a preservação e conservação da vida em geral.

Quadro 6.1: Aspecto social das diretrizes etnoturísticas

O aspecto social	
Diretrizes	Resultados esperados
1. Envolver os integrantes da comunidade no processo de planejamento do etnoturismo.	Participação da comunidade nos processos de elaboração, organização, execução, operação, controle, direção e avaliação das ações etnoturísticas.
2. Manter os padrões sociais estabelecidos pela divisão do trabalho já existente entre os integrantes da comunidade indígena.	Diminuição do impacto social e possibilitação da continuidade da vida cotidiana dos indígenas com relação às tarefas diárias.
3. Dinamizar as ações etnoturísticas para evitar o isolamento social e a marginalidade de indivíduos da comunidade.	Rotação de pessoal na operação das ações etnoturísticas.
4. Melhorar a equidade e a eficiência do setor social, reestruturando o setor produtivo e respeitando o modo de produção comunitário dos indígenas.	Aumento da autoestima dos indígenas, permitindo o desenvolvimento das ações etnoturísticas de forma coletiva.

<p>5. Aplicar o lucro financeiro nas áreas básicas, tais como educação, saúde, assistência social, transporte, vivenda, alcançando uma melhor qualidade de vida para os indígenas.</p>	<p>Aumento da qualidade de vida para a comunidade indígena de Nova Esperança.</p>
--	---

Quadro 6.2: Aspecto econômico das diretrizes etnoturísticas

O aspecto econômico	
Diretrizes	Resultados esperados
<p>1. Aproveitar o etnoturismo como complemento de outras atividades de índole tradicional praticadas na comunidade.</p>	<p>Dinamização da economia da comunidade, permitindo a entrada de renda com ações etnoturísticas.</p>
<p>2. Gerar empregos diretos e indiretos, incrementando por meio de benefícios a economia local.</p>	<p>Melhoria da situação econômica das famílias envolvidas no processo de execução do etnoturismo.</p>
<p>3. Fortalecer a prática empreendedora, contribuindo para a circulação de capital dentro da comunidade.</p>	<p>Circulação de dinheiro por atrativos turísticos de forma intensiva na própria comunidade, resultando no bem-estar social de sua gente.</p>
<p>4. Estimular uma produção constante para atender às necessidades dos turistas e visitantes, permitindo o consumo e conseqüentemente o aumento do capital.</p>	<p>Criação de uma associação de artesãos, de guias de turismo, intérpretes da natureza como uma estratégia para o aumento da produção e da organização dos trabalhadores.</p>
<p>5. Promover centros de comercialização, onde os produtos derivados do aproveitamento dos recursos naturais são melhorados, transformados e classificados, para que incidam sobre os padrões de consumo e, em geral, sobre sua comercialização.</p>	<p>Dinamização das vendas dos produtos elaborados pela comunidade.</p>
<p>6. Utilizar a matéria prima e a mão de obra local para manter os recursos fortalecidos na economia local.</p>	<p>Melhoria do aproveitamento e da autonomia para manejo dos recursos.</p>

Quadro 6.3: Aspecto ecológico das diretrizes etnoturísticas

O aspecto ecológico	
Diretrizes	Resultados esperados
<p>1. Priorizar o estudo e a avaliação dos recursos naturais, que são incompletos, para conhecer a amplitude de sua biodiversidade.</p>	<p>Definição das vocações por potencial de cada área: florestal, aquática, agrícola, pecuária, unidades de conservação.</p>

2. Manejar os recursos naturais, com o objetivo de adiantar um programa de investigação das espécies e ecossistemas e sua situação real.	Fortalecimento da capacidade dos organismos nacionais para realizar planos de manejo e conservação dos recursos de forma contínua junto com a comunidade.
3. Aproveitar o etnoturismo como uma ferramenta ecológica e útil para o desenvolvimento comunitário dirigido à proteção de ecossistemas.	Preparação, educação e criação de uma consciência para a conservação e preservação da natureza.
4. Desenvolver estratégias que permitam o aproveitamento dos recursos de forma sustentável.	Conservação e minimização dos impactos ambientais.
5. Ordenar o uso do solo, promovendo os cultivos apropriados de acordo com a vocação ecológica, em função dos planos de ordenação do território que serão desenvolvidos como política pública.	Organização do espaço agrícola e elaboração e execução de um projeto de zoneamento da área que pertence à comunidade.
6. Utilizar os recursos tecnológicos compatíveis com a realidade social e natural da comunidade.	Aumento da autonomia quanto à realidade socioambiental da comunidade.
7. Despertar o interesse na aplicação da legislação orientada às áreas protegidas.	Aumento do interesse pelas áreas de baixo regime de administração especial.

É importante assinalar que, além dos três aspectos estudados, deve-se considerar mais um:

Quadro 6.4: Aspecto antropológico das diretrizes etnoturísticas

O aspecto antropológico	
Diretrizes	Resultados esperados
1. Prever as medidas necessárias para garantir a durabilidade e integridade dos sítios arqueológicos.	Preservação dos sítios arqueológicos, maior expressão dos antepassados.
2. Interagir com o visitante, respeitando seus valores culturais e promovendo o intercâmbio cultural.	Retroalimentação por meio das experiências com o sujeito-receptor e o sujeito-turista, oportunizando a aquisição de novos conhecimentos.
3. Evitar a utilização de elementos das manifestações culturais como atrativos turísticos, sob risco de desvalorização de suas características culturais.	Fortalecimento e valorização das manifestações culturais, a exemplo dos rituais cerimoniais, da importância dos símbolos dos objetos artísticos e dos funerais.
4. Identificar os símbolos religiosos da cultura local antes mesmo de comercializá-los para turistas, pon-do em perigo a vida dos membros da comunidade.	Resgate dos símbolos religiosos tradicionais da vida dos antepassados e que se perderam no tempo.

5. Incentivar o orgulho sociocultural, permitindo o fortalecimento da ideologia e da herança cultural.	Incorporação dos valores e tradições culturais.
--	---

═══════════════════════ **Atividade 2** ════════════════════════

Atende ao objetivo 2

No quadro a seguir, foram selecionadas algumas diretrizes dos aspectos social, econômico, ecológico e antropológico, com seus respectivos resultados esperados. Como profissional do turismo, exercite sua capacidade de planejamento para o turismo étnico, **ESPECIFICANDO** na coluna em branco alguns resultados que você imagina ser alcançado a partir de cada diretriz.

ASPECTOS EM GERAL		
DIRETRIZES	RESULTADOS ESPERADOS	POSSÍVEIS RESULTADOS
1. Aplicar o lucro financeiro nas áreas básicas, tais como educação, saúde, assistência social, transporte e vivenda, alcançando uma melhor qualidade de vida para os indígenas.	Melhor qualidade de vida para a comunidade indígena de Nova Esperança.	
2. Gerar empregos diretos e indiretos, incrementado, por meio dos benefícios, a economia local.	Melhor situação econômica das famílias envolvidas no processo de execução do etnoturismo.	
3. Desenvolver estratégias que permitam o aproveitamento dos recursos de forma sustentável.	Conservação e minimização dos impactos ambientais.	
4. Identificar os símbolos religiosos da cultura local antes mesmo de comercializá-los para turistas, evitando por em perigo a vida dos membros da comunidade.	Resgate dos símbolos religiosos tradicionais da vida dos antepassados e que se perderam no tempo.	

Resposta comentada

ASPECTOS EM GERAL		
DIRETRIZES	RESULTADOS ESPERADOS	POSSÍVEIS RESULTADOS
1. Aplicar o lucro financeiro nas áreas básicas, tais como educação, saúde, assistência social, transporte e vivenda, alcançando uma melhor qualidade de vida para os indígenas.	Melhor qualidade de vida para a comunidade indígena de Nova Esperança.	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de escolas indígenas; • Aquisição de um transporte próprio para a comunidade (ônibus, caminhão, micro-ônibus); • Investimento em casas com estilo próprio das comunidades tradicionais.
2. Gerar empregos diretos e indiretos, incrementado, por meio dos benefícios, a economia local.	Melhor situação econômica das famílias envolvidas no processo de execução do etnoturismo.	<ul style="list-style-type: none"> • Oportunidade para que artesãos e agricultores vendam seus produtos elaborados artesanalmente; • Aproveitamento, ao máximo, dos produtos cultivados e elaborados na comunidade para o desenho arquitetônico de chalés ou cabanas, no design dos quartos, bem como para o uso na gastronomia.
3. Desenvolver estratégias que permitam o aproveitamento dos recursos de forma sustentável.	Conservação e minimização dos impactos ambientais.	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de trilhas educativas; • Elaboração de um espaço para palestras e orientações para a realização de práticas do turismo na natureza; • Reflorestamento de ambientes impactados por erosões e envolvimento do turista nesta atividade.
4. Identificar os símbolos religiosos da cultura local antes mesmo de comercializá-los para turistas, evitando por em perigo a vida dos membros da comunidade.	Resgate dos símbolos religiosos tradicionais da vida dos antepassados e que se perderam no tempo	<ul style="list-style-type: none"> • Inventariação dos principais símbolos religiosos, evitando exposição do sagrado para turistas ou visitantes; • Não falar do que representa o segredo religioso.



Figura 6.2: Província de Kuna Yala, Panamá.

Fonte: [https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/7/70/Panamá_-_Guna_Yala.svg/3241px-Panamá_-_Guna_Yala.svg.png](https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/7/70/Panam%C3%A1_-_Guna_Yala.svg/3241px-Panam%C3%A1_-_Guna_Yala.svg.png)

No Panamá, a Comarca Kuna Yala tem uma superfície de 3.260 km², configurando um corredor de 226 km de comprimento, com quase 400 ilhas. Os titulares deste território são 49 comunidades, formadas por 60.000 pessoas que praticamente em sua totalidade pertencem ao povo Kuna.

A comarca foi criada em 1938, e o Estado reconhece sua autonomia indígena desde 1953, ano em que se estabelece o Congresso Geral Kuna (CGK) como autoridade política e administrativa. O CGK está dirigido por três caciques gerais ou Saila Dummagan.

De acordo com o site *Territorio Indigena y Gobernanza*, a cada ano chegam aproximadamente 100.000 turistas à comarca de Kuna. Sem dúvidas, o modelo de turismo que vem se desenvolvendo desde os anos 1940 não tem significado uma oportunidade para que os kuna melhorem suas condições econômicas. Este modelo de cruzeiros, *ecolodges* e veleiros não tem criado uma quantidade importante de fontes de trabalho, como se poderia pensar, e os kuna continuam vivendo em situações de pobreza, analfabetismo e desnutrição. Por tudo isto, o turismo é uma atividade muito polêmica na comarca.

No que diz respeito à aplicabilidade das diretrizes etnoturísticas no exemplo citado (o grupo étnico kuna), acreditamos que é possível aplicar todos os aspectos estudados nesta aula, ou seja, ecológico, antropológico, social e econômico, uma vez que estamos falando de um conjunto de ilhas, pertencentes ao Panamá, cujo turismo já vem sendo explorado há quatro décadas, a despeito de a população local ter ficado à margem deste processo.

Exemplo:

Considerando o aspecto antropológico, os kuna desenvolvem:

ATIVIDADES	OBJETIVOS	RESULTADOS ESPERADOS
Oficina de artesanato	Realizar oficina de artesanato para os turistas, demonstrando a importância da arte indígena com base nos mitos, lendas e religiosidade kuna.	<ul style="list-style-type: none"> • Integração do turista através da elaboração do artesanato junto à comunidade local. • Permitir que o turista conheça a mitologia kuna a partir da arte encontrada nas imagens produzidas no artesanato.
Contato com os costumes dos índios kuna (liderança dos sáhilas, vestimentas das mulheres, prática xamã e festividades locais)	Permitir apenas o cabível para o turista, preservando os segredos da religiosidade e dos costumes locais.	<ul style="list-style-type: none"> • Participação de algumas festas como, por exemplo: as bodas, nascimentos, danças e musicalidade.



Figura 6.3: Índios kuna praticando dança tradicional em encontro tribal.

Fonte: <https://upload.wikimedia.org/wikipedia/en/c/cd/Tribal-gathering-2013-kunayala-dancing.jpg>

A questão é que, neste caso, as diretrizes etnoturísticas elaboradas para o planejamento do turismo étnico para as comunidades locais devem ser aplicadas com adaptações às grandes empresas e corporações

de turismo, para que, de fato, os critérios ecológicos, humanos, sociais e econômicos possam ser tomados em conta no planejamento e na gestão do turismo nas ilhas.

Conclusão

São longos anos de exploração e marginalização das comunidades tradicionais perante o desenvolvimento massivo do turismo em destinos turísticos espalhados em diversos rincões do planeta Terra. Utilizar os elementos culturais dessas comunidades, bem como seu entorno natural, tem sido um meio de grandes empresas turístico-hoteleiras buscarem maximizar o capital dos empresários que mantêm o monopólio de lugares reais e com potenciais turísticos. Neste sentido, operacionalizar o turismo sem o envolvimento dos grupos étnicos tem sido uma prática constante, em que se promove e vende “o exótico”, “o selvagem”, com fins de obter ganhos financeiros concentrados apenas nas empresas ou corporações turísticas e deixando às populações locais os impactos socioculturais e ecológicos, além de um grave problema de baixa autoestima e recusa no que tange ao desenvolvimento turístico em territórios de culturas tradicionais.

Sendo assim, as diretrizes vêm se constituindo de um meio de possibilidades ecológico-culturais que garanta uma aceitação e segurança para os grupos étnicos no que diz respeito ao turismo, trazendo, assim, a esperança de agregar seus valores culturais à elaboração de atividades turísticas, nas quais o turista ou visitante deverá respeitar – no momento em que comprar o pacote turístico – o modo de vida das populações, sem ter um comportamento de colonizador ou de superioridade quanto à comunidade visitada. A partir daí, podemos discutir a existência de um turismo étnico.

Resumo

Esta aula nos traz a complexidade presente ao se planejar o turismo pensando na responsabilidade social, ambiental e cultural quanto aos grupos étnicos. Por essa razão, as diretrizes etnoturísticas buscam meios para garantir elementos que permitam um convívio harmônico do homem com seu entorno natural, fazendo com que, de fato, ocorra uma integração entre os dois a partir da vivência e experiência e colocando em prática os valores éticos, morais, de cooperação e respeito. Neste sen-

tido, a aplicabilidade das ações referentes aos aspectos social, econômico, ecológico e antropológico constitui um processo importante na prática de um turismo menos predatório, que permita a interação entre visitantes, natureza e cultura.

Referências bibliográficas

ABBUD, B. *Criando paisagens*. Guia de trabalho em arquitetura paisagística. São Paulo: Senac, 2006.

KESTEVEN, S. *Aborigines in the Tourist Industry*. East Kimberley Working Paper n. 14. Canberra: Centre for Resource and Environmental Studies, Australian National University, 1987.

PIPPI, L. G. A.; LIMBERGER, L. R. I.; LAZAROTTO, G. Ecoturismo: aspectos conceituais, reflexões e diretrizes para projetos paisagísticos. In: *Paisagem ambiente: ensaios*, n. 28, São Paulo, p. 95-132, 2011.

PORTAL TERRITORIO INDÍGENA Y GOVERNANZA. *La Comarca Kuna Yala: autonomía y turismo*. Disponível em: http://www.territorio-indigenaygobernanza.com/pan_14.html. Acesso em: 05/02/2018.

SANDOVAL, E. *Ecoturismo y Ambiente*. Módulo Maestría en Planificación Turística. Santa Ana de Coro, Venezuela: UNEFM, 2001.

SPIRN, A. W. *The Language of Landscape*. New Haven; Londres: Yale University Press, 1998.

SATTLER, M. A. Edificações sustentáveis: interface com a natureza do lugar. In: MENEGAT, R.; ALMEIDA, G. (org.). *Desenvolvimento sustentável e gestão ambiental nas cidades: estratégias a partir de Porto Alegre*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.